

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Valéria Vanessa Ferreira Dos Santos

**DA HISTORICIDADE COMO ARGUMENTO AO ARGUMENTO DA
HISTORICIDADE: SENTIDOS PRESENTES NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA
PSICOLOGIA & SOCIEDADE ENTRE OS ANOS 1986-2015**

Maceió

2016

VALÉRIA VANESSA FERREIRA DOS SANTOS

DA HISTORICIDADE COMO ARGUMENTO AO ARGUMENTO DA HISTORICIDADE:
SENTIDOS PRESENTES NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA *PSICOLOGIA &*
SOCIEDADE ENTRE OS ANOS 1986-2015

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adélia Augusta Souto de Oliveira.

Maceió

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S237d Santos, Valéria Vanessa Ferreirados.

Da historicidade com argumento ao argumento da historicidade : sentidos presentes nas publicações da Revista Psicologia & Sociedade entre os anos 1986-2015 / Valéria Vanessa Ferreira dos Santos. –2016.
92 f.

Orientadora: Adélia Augusta Souto de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 77-80.

Apêndice: f. 81-92.

1. Psicologia social – Brasil. 2. Historicidade. 2. Sentido (Psicologia).
4. Periódicos científicos. 5. Revista Psicologia & Sociedade. I. Título.

CDU: 316.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

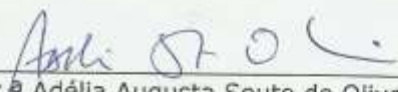
TERMO DE APROVAÇÃO

VALÉRIA VANESSA FERREIRA DOS SANTOS

Título do Trabalho: *"Da Historicidade como argumento ao argumento da Historicidade: Sentidos presentes nas publicações da revista Psicologia & Sociedade entre os anos de 1986-2015"*.

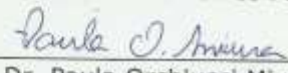
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof.ª Dr.ª Adélia Augusta Souto de Oliveira (IP/UFAL)

Examinadores:


Prof. Dr. Alexandre Torres Fonseca (PPGH/UFAL)


Prof. Dr. Paula Orchiucci Miura (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 18 de abril de 2016.

In memoriam de Eric Alexandre Ferreira dos Santos (Eric Ferraz) do qual fui impedida de compartilhar este tempo.

AGRADECIMENTOS

À FAPEAL, pela bolsa de financiamento a esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia que me ensinaram tanto sobre perguntar mais que responder.

Aos meus colegas de turma do mestrado que compartilharam debates interessantes em aula comigo.

Um agradecimento especial ao Héltton e ao Juliano que, cúmplices de longa data, me acompanharam também neste processo compartilhando viagens, experiências, confusões, ideias, angústias... enfim: amizade.

Ao Bruno e aos meus pais, companheiros afetivos perenes nestes dois anos.

À minha orientadora, parte significativa deste projeto.

Aos colegas de orientação Livia e Gilberto, parceiros na alegria e, principalmente, na tristeza.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva descrever e interpretar os sentidos de historicidade das publicações na revista *Psicologia & Sociedade* de 1986 (ano de sua fundação) até 2015. Compreendemos historicidade como experiência social e subjetiva com o tempo. A historicidade permeia grande debate acerca do objeto e da epistemologia do conhecimento, podendo ser tomada como objeto, pela área da História, ou como argumento, em especial quando trazida ao debate por outras áreas do conhecimento. Este estudo parte do debate empreendido na chamada “crise” da psicologia social, em que a crítica a uma perspectiva de fazer científico traz a historicidade como argumento para reivindicar um conhecimento sócio-historicamente situado. Analisamos os sentidos de historicidade através de uma pesquisa por descritores à luz da teoria vigotskiana sobre a palavra. A análise deste estudo se caracteriza por duas fases: a descritiva e a interpretativa. A amostra de materiais resultou da pesquisa pelas ocorrências de sete descritores: *historicidade*, *histórico*, *históricos*, *história*, *histórias*, *histórica* e *históricas*. Na parte descritiva utilizamos dois métodos diferentes correspondentes à disposição material das edições da revista: o primeiro para organizar as edições não alocadas na plataforma *SciELO* que vão de 1986 a 2001, e a segunda para as edições online já alocadas na plataforma *SciELO* de 2002 até 2015; para os primeiros verificamos a ocorrência de quaisquer dos descritores nos trabalhos dispostos nas edições da revista e chegamos a 183 trabalhos, já para as outras edições entre 2002 e 2015 obtivemos 232 trabalhos. Para este último intervalo temporal foi necessária a fase de intercruzamento (evita repetições de artigos) dos descritores e obtivemos 186 artigos de 2002 a 2015. Identificamos como resultado 369 trabalhos com ocorrências de quaisquer dos descritores no intervalo de tempo total definido nos objetivos desta pesquisa (1986-2015). Para os fins a que se destina esta pesquisa, as ocorrências do descritor *historicidade* foram escolhidas para aprofundamento na fase interpretativa, o descritor está presente em 13 artigos. Vimos que historicidade é um conceito trazido como argumento importante na fundamentação das abordagens escolhidas nos artigos ou na caracterização dos temas abordados, no entanto pouco definido. Em geral, seu uso, quando referenciado, faz alusão à perspectiva marxista e/ou à psicologia social crítica. Concluimos que a historicidade é trazida como argumento nas publicações da psicologia social e cumpre um papel relativo ao debate da chamada “crise” da psicologia social em trazer um caráter de desnaturalização ao que referencia. No entanto, se naturaliza como conceito não referenciado em profundidade. Este trabalho pretende contribuir para uma avaliação do uso dos conceitos nos sistemas teóricos e critica o uso indiscriminado da palavra “historicidade” pouco definido no debate contemporâneo.

Palavras-chave: historicidade; sentido; psicologia social brasileira; revista *Psicologia & Sociedade*

ABSTRACT

This research aims to describe and analyze the historicity of senses of the publications in *Psicologia & Sociedade* magazine 1986 (year of its foundation) until 2015. We understand historicity as social and subjective experience with time. Historicity permeates great debate about the object and the epistemology of knowledge, it may be taken as an object, by history area, or as an argument, especially when brought to the debate in other knowledge areas. This study of the discussion undertaken in the social psychology “crisis”, in which the critical a scientific perspective brings to the historicity as an argument to claim a socio-historically situated knowledge. We analyze the meanings of historicity through a search for descriptors by the light of Vygotskian theory of the word. The analysis of this study is characterized by two phases: a descriptive and interpretive. The sample materials resulted from the search for occurrences of seven descriptors: *historicidade*, *histórico*, *históricos*, *história*, *histórias*, *histórica* e *históricas*. In the descriptive part we used two different methods corresponding to the material provision of magazine editions: the first to organize the issues not allocated in Scielo platform ranging from 1986 to 2001, and the second for the online editions already allocated in 2002 Scielo platform 2015 ; for the first we checked the occurrence of any of the descriptors in the works arranged in the editions of the magazine and came to 183 jobs, while for the other editions between 2002 and 2015 we obtained 232 jobs. For the last time interval was required to intercrossing phase (avoid repetitions of articles) descriptors and we got 186 articles from 2002 to 2015. We identify as a result 369 jobs with instances of any of the descriptors in the total time interval defined in the objectives of this research (1986-2015). For the purpose it is intended this research, the events descriptor historicity were chosen to deepen the interpretative phase, the descriptor is present in 13 articles. We conclude that historicity is a concept brought as an important argument in the grounds of the approaches chosen in the articles or in the characterization of the themes, however poorly defined. In general, their use when referenced, alludes to the marxist and / or critical social psychology perspective. We evaluate that historicity is brought as an argument in the literature of social psychology and plays a role in reference to the discussion of the "crisis" of social psychology to bring a denaturalization of character to that reference, however it is naturalized as a concept not referenced in depth. This work aims to contribute to an evaluation of the use of concepts in theoretical systems and criticizes the indiscriminate use of the word "historicity" poorly defined in the contemporary debate.

Keywords: Historicity; Meaning; Brazilian Social Psychology; *Psicologia & Sociedade*

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Ocorrências discriminadas por descritor e por ano (não discrimina os trabalhos individualmente) de 1986 a 1991.....	38
TABELA 2. Ocorrências discriminadas por descritor e por ano (não discrimina os trabalhos individualmente) de 1992 a 2001.....	39
TABELA 3. Organização dos trabalhos por descritor nas publicações de 2002 a 2015.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Descritor “historicidade” e ocorrências por ano (2002-2015).....	42
Gráfico 2. Descritor “histórico e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015).....	43
Gráfico 3. Descritor “história” e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015).....	43
Gráfico 4. Descritor “histórica” e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015)....	44
Gráfico 5. Todos os descritores intercruzados, ocorrências por ano (2002-2015).....	44

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPSO	Associação Brasileira De Psicologia Social
ALAPSO	Associação Latino-Americana de Psicologia Social
AVEPSO	Associação Venezuelana de Psicologia Social
MIT	Massachusetts Institute of Technology

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. POR QUE A HISTORICIDADE? UMA PERGUNTA POSSÍVEL E NECESSÁRIA	13
2.1 Da historicidade como objeto	14
2.2 Da historicidade como argumento	20
2.3 Da historicidade, a psicologia e a psicologia social	24
3. MÉTODO	30
3.1 Pressupostos metodológicos	30
3.2 Procedimentos metodológicos	35
4. ANÁLISE DESCRITIVA: OS DESCRITORES E SEUS MOVIMENTOS TEMPORAIS E HISTÓRICOS	38
5. DA HISTORICIDADE COMO ARGUMENTO: SENTIDOS DE HISTORICIDADE NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA <i>PSICOLOGIA & SOCIEDADE</i>	44
6. O ARGUMENTO DA HISTORICIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
8. APÊNDICE	79

1. INTRODUÇÃO

Há diversas formas de se conceber o que é a historicidade num sistema teórico. Este parece ser um grande debate gerado pelas várias leituras acerca do que impulsiona o desenvolvimento da história e como ela pode ser definida. De forma sistemática ou não, há sistemas teóricos de filósofos e historiadores a elaborarem sobre este processo.

A nosso ver, a historicidade pode ser compreendida como a possibilidade de uma experiência humana, social e subjetiva através do tempo. Para além da descrição física da natureza, funcionamento e propriedades do tempo, a historicidade nos remete a uma conformação significativa de uma experiência que se dá nesta dimensão temporal.

Na perspectiva dessa pesquisa, partimos da possibilidade de se abordar a historicidade de formas distintas, mas relacionadas: a historicidade como objeto e a historicidade como argumento. No primeiro caso, entendemos que, pela especificidade que requer, a historicidade será por excelência referente¹ da História como conhecimento específico. Já no segundo caso, tomada como argumento, a historicidade terá um lugar funcional de uso e, em particular, como recurso argumentativo em outras áreas do conhecimento humano.

Nos dois casos, falar de historicidade nos remete a questionar como uma forma de se pensar uma conformação significativa do tempo é possível hoje, contextualizando o debate feito pela contemporaneidade que caracteriza o que chamamos de “crise do tempo”, em que o projeto moderno - enquanto forma específica de apreender o real - é localizado temporal e espacialmente de forma a ser criticado por diferentes perspectivas. Falar de historicidade também parte e procede a questionar como a conformação desta experiência – de historicidade- pôde ser expressa em sentidos diversos, em contextos específicos e diferentes do debate contemporâneo.

O debate feito por esta pesquisa parte da historicidade como argumento no contexto da psicologia social. A questão que nos direciona indaga sobre os sentidos de historicidade a partir das publicações de uma revista acadêmica icônica da área da psicologia social no

1. Optamos pelo termo referente em vez de objeto em vista de haver debates sobre qual deve ser o objeto da História que não cabe no debate feito nesta pesquisa. Referente nos pareceu mais adequado em vista de sua maior generalidade, definido aqui como o elemento do mundo extralinguístico, real ou imaginário, ao qual remete o signo linguístico, num determinado contexto sociocultural e de discurso, o referente parte da idéia de que nossa relação com o real não é imediata de forma a compor sempre um construto que vai se conformar num objeto, discurso, narrativa e etc.: um signo. Para essa discussão de forma mais aprofundada, ainda que introdutória, partimos da discussão feita por Blikstein (2003).

Brasil: a revista *Psicologia & Sociedade*, periódico da Associação Brasileira de Psicologia Social. O contexto sócio-histórico (espaço-temporal) em que essa pergunta se insere, parte do debate contemporâneo sobre a experiência social e subjetiva com o tempo - que definimos sob a categoria historicidade - para pensar, sob a forma das ocorrências de descritores que conformem este conceito, como ele foi significado ao longo de suas publicações desde sua fundação em 1986 até agora.

Para isso, trazemos a perspectiva de Vigotski (2004; 2010) na sua discussão epistemológica do lugar da ciência e sua proposição teórica sobre significação. Entendemos que o autor nos ajuda a pensar como a ciência psicológica constroi seu objeto e produz conhecimento, bem como o processo de significação composto na formação de um conceito é interessante para os estudos da psicologia.

Nesta pesquisa pretendemos identificar e analisar que sentidos de historicidade estão manifestos nas publicações da revista aqui escolhida. Para isso, organizamos a dissertação nos seguintes capítulos: Capítulo 2: “Por que a historicidade? Uma pergunta possível e necessária” – este capítulo nos deu subsídios para compreender os regimes e as perspectivas de historicidade e pensar a historicidade como pergunta possível e necessária em seus aspectos epistemológicos e políticos; Capítulo 3: “Método” - Discute os pressupostos epistemológicos adotados nesta pesquisa, bem como os procedimentos efetuados para construção da mesma; Capítulo 4: “Análise descritiva: os descritores e seus movimentos temporais e históricos” – neste capítulo apresentamos as ocorrências de historicidade encontradas através da pesquisa dos descritores escolhidos (historicidade; histórico; históricos; histórica; históricas; história; histórias) e um mapa descritivo de como estes aparecem nas publicações da revista *Psicologia & Sociedade* pela observação de suas ocorrências. Capítulo 5: “A historicidade como argumento: sentidos de historicidade nas publicações da revista ‘*Psicologia & Sociedade*’” – escolhemos o descritor “historicidade” e apresentamos uma análise interpretativa acerca de cada ocorrência em seu contexto argumentativo e avaliamos os sentidos de cada uma das ocorrências e o Capítulo 6: “O argumento da historicidade: considerações finais” – em que apresentamos uma avaliação dos aspectos epistemológicos e teóricos que cada sentido identificado resguarda.

2. POR QUE A HISTORICIDADE? UMA PERGUNTA POSSÍVEL E NECESSÁRIA.

Para os fins a que se destina esta pesquisa, é importante ressaltar as formas diferentes como abordamos a historicidade enquanto palavra passível de investigação. A historicidade como conceito – descritor –, analisada de forma descritiva e interpretativa aqui, é trabalhada sob duas perspectivas não-excludentes que dizem respeito à forma como ela pode ser pensada num contexto de pesquisa e análise, são elas: a historicidade como objeto e a historicidade como argumento.

Como objeto, a historicidade é apresentada como categoria passível de se questionar em virtude do conceito de regimes de historicidade (HARTOG, 2014) em que é tanto possível quanto necessário perguntar sobre os sentidos diferentes em que a historicidade se apresenta em virtude dos arranjos diferentes em que a experiência temporal pode ser configurada.

A historicidade como objeto é abordada aqui para fins de contextualização do debate que, por excelência é feito pela história como conhecimento específico. Apesar de considerarmos que este debate tem a virtude de ser pertinente à teoria do conhecimento em vista de perpassar qualquer sistema teórico e/ou filosófico, não nos cabe esgotar, tampouco se propor a analisar, a dimensão ontológica (como objeto) em que este é apresentado nas diferentes áreas do conhecimento filosófico e científico.

Não se trata de defender ou não as divisões disciplinares que remontam à história da ciência, mas de se estabelecer os limites e as possibilidades que este estudo e outros da mesma natureza podem resguardar na delimitação de seus objetos e objetivos.

Como argumento, a historicidade aparece na função de qualificar algo, como dimensão a ser considerada em virtude de que sobre qualquer coisa ou acontecimento sempre se pode falar sobre, narrar, contar uma história, historicizar, seja na expectativa de esgotá-lo enquanto descrição real ou na ciência de ser mais uma forma de concepção acerca do qual. Como questiona Hartog (2014, p. 26), esta propriedade permite a pergunta a qualquer sistema filosófico ou científico: “Por que ordem do tempo eles são sustentados? De que ordem são portadores ou sintomas? De que ‘crise’ do tempo, os indícios?”.

Destas perguntas, podemos inferir o lugar fundamental que um regime de historicidade exerce na qualificação do real num tempo-espaco determinados. Ao sustentar, num sistema teórico, uma forma de se conceber a experiência social e subjetiva com o tempo – a historicidade – nos informa acerca da (des)naturalização do tempo. Podemos dizer, inclusive, que é precisamente essa a sua função.

“É histórico!” ou “possui historicidade” dirá aquele que argumenta em favor da desnaturalização de determinado objeto. Mas a pergunta que fica é: o é, mas em que sentido? Com que propósito? Qual o lugar que a historicidade ocupa no debate empreendido? De que maneira ele é feito?

Contemporaneamente, enquanto se fala de “crise do tempo”, de diferentes formas de aceção de arranjos do tempo (presente-passado-futuro), faz sentido dizer apenas de algo que possui historicidade? São estes questionamentos que, em respeito a um debate atual e extenso da teoria da história, se fazem necessários a todo e qualquer contexto em que se invoque a historicidade como argumento.

Estes questionamentos, da historicidade como argumento, é que direcionarão esta pesquisa no contexto da produção acadêmica da Psicologia, em particular nas publicações da revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO): a Psicologia & Sociedade.

2.1 Da historicidade como objeto

Falar de historicidade como objeto faz sentido na medida em que se admite que existem arranjos diversos sobre como se pode descrever uma experiência social e subjetiva com o tempo. Neste sentido, ao se falar de historicidade, como propõe Hartog (2014), falamos então de regimes de historicidade.

Historicidade é definida como:

[...] esta experiência primeira de *estrangement*, de distância de si para si mesmo que, justamente, as categorias de passado, presente e futuro permitem apreender e dizer, ordenando-a e dando-lhe sentido. (HARTOG, 2014, p. 12).

Esta experiência primeira é uma experiência de natureza social, na medida em que é compartilhada num espaço-tempo determinados e também subjetiva por expor uma forma possível de como cada um pode compreender e questionar sua relação com o tempo no decorrer de sua existência e organizar de diferentes formas as suas relações com o mundo e o tempo.

Já regimes de historicidade, Hartog define como

[...] apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias [...]. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. (2014, p.11)

Apesar da pouca distinção que o autor faz entre os dois conceitos no decorrer de seu livro “Regimes de historicidade: presentismo e experiências com o tempo”, regime de historicidade é concebido como “uma categoria de equilíbrio sempre provisório e instável e que tem a função de descrever uma conformação social do tempo (presente, passado e futuro)” (id.).

Bem como nos indaga Hartog: “‘historicidade’, por quê? De Hegel a Ricouer, passando por Dilthey e Heidegger, o termo remete a uma longa e pesada história filosófica.” (2014, p.12) Neste trabalho, esta categoria nos é importante na medida em que nos remete a diferentes arranjos da experiência temporal produzindo sentidos diversos acerca de como esta pode ser caracterizada.

Se para esta experiência cabem diferentes formas de caracterização, cabe indagar sobre estas formas. A palavra historicidade, que pode resguardar sentidos diferentes, é colocada então como objeto possível do qual se interessa, especificamente, esta pesquisa.

As diferentes formas como essa experiência social e subjetiva com o tempo pode ser caracterizada remonta à história da própria História. Desde a civilização grega com os mitos e uma temporalidade não-linear em que:

Os gregos tinham uma visão cíclica e repetitiva da história: crescimento e decadência, vida e morte. A ordem que existe no universo, acessível ao pensamento, não revela uma sucessão linear e teleológica, mas a estabilidade do ser. (REIS, 2006, p. 15).

Até que, em detrimento da valorização grega do passado e do presente, o passado e o futuro tornaram-se assimétricos com os romanos, e o futuro se tornou o foco da pergunta da história. Isto representou uma mudança em relação à forma como se experienciava o tempo e a cultura ocidental. (Id., p. 16)

O regime de historicidade romano é marcado pela ideia de história universal, discurso necessário à justificação do desejo expansionista de dominação do mundo do Império Romano. Este regime passa por reformulações, em vista da perda do lugar de sustentação política do discurso religioso de teleologia histórica universal para a salvação que era seu aliado, de forma que engloba as mudanças acontecidas na Europa. Sobre isso, nos explica Reis:

A herança romana, que favorecera a expansão de Roma, devia passar por ajustes para continuar apoiando a Europa ocidental em sua expansão, agora por todo o mundo. Tal como estava, depreciando tanto a ação e o sucesso neste mundo, desvalorizando tanto as novas e enormes conquistas européias, tornara-se um entrave ao expansionismo ocidental. Os europeus continuaram (e até mais radicalmente), como os romanos, a agir em nome da fé cristã. Mas a hora era de reinvenção da teologia, de recriação do discurso sobre

Deus, a fim de que os apoiassem eficazmente na continuidade da produção da história universal, ou seja, na conquista e na salvação da humanidade universal. (ibidem, p. 19)

Este processo constitui a chamada modernidade que, em termos de regime de historicidade, é herdeira marcada pela idéia de história universal construída com os romanos. Certamente é deste regime de historicidade que podemos dizer de uma crise temporal na contemporaneidade. O impacto que a modernidade imprimiu nesta relação, bem como perspectivas que problematizam o regime de historicidade moderno nos interessam nesta medida.

Hartog (2014, p. 19) nos fala sobre o curso da história recente, marcado pela queda do muro de Berlim e dissolução da União Soviética, bem como a ascensão de múltiplos fundamentalismos que abalaram, de maneira brutal e duradoura, nossas relações com o tempo. Koselleck (2006) nos explica que o tempo histórico é produzido pela tensão entre a distância criada entre o campo da experiência, por um lado, e o horizonte da expectativa de outro; no caso dos tempos modernos, podemos caracterizá-lo pela assimetria entre a experiência e a expectativa, pela sua abertura ao futuro e ideais de progresso.

Alguns eventos históricos e a emergência de alguns ideais caracterizam a modernidade, segundo Mancebo (2002): a consolidação do capitalismo, a Reforma Protestante, o modelo de racionalidade que preside a ciência moderna e a organização dos Estados Nacionais nas diversas regiões da Europa. As mudanças que Mancebo (id.) descreve da Renascença ao Iluminismo conformam um período de mudanças e transições do qual emerge a reificação da Razão e do indivíduo.

A consolidação do capitalismo como sistema de produção, além das profundas mudanças econômicas desenvolveu pessoas livres das relações servis do mundo feudal, sujeitos livres para estabelecerem contratos de trabalho, o que teve, certamente, consequências para a subjetividade de então. A reforma protestante recusou a autoridade da tradição e a mediação restrita da Igreja para a salvação humana, colocando o indivíduo como responsável através de suas ações terrenas, em relação direta e isolada com deus, o que contribuiu para a consolidação de uma experiência individualizada. O modelo de racionalidade científica com representantes como Bacon e Descartes instaurou um sujeito autoconsciente, que domina a própria vontade o que pressupunha o controle do sujeito motivado, portador de tendências, desejos, movimentos passionais e instintivos. A organização dos estados nacionais na Europa em que a autoridade do rei se transforma e aumenta com o advento de um Estado Absolutista contribuiu para a consolidação da nova

ordem econômica e social que se construía na Europa Ocidental e para a intensificação de uma experiência individualizada, característica autêntica da modernidade.

A subjetivação moderna construiu um homem livre, que age sob a reflexividade da Razão, sem referência universal para orientar a tensão e o conflito que definiram a mudança moderna. Reis (2006, p. 28) nos diz sobre essa tensão resguardada no conceito de modernidade em que ao mesmo tempo se rejeita o passado de universalismo cristão para forjar um presente secularizado nos séculos XIII – XVI, no século XVIII, depois de conflitos religiosos, guerras civis, o uso da força cerceando a liberdade e a consciência a serem expressas no âmbito público.

Retomamos os conceitos de Koselleck (2006) de campo de experiência e horizonte de expectativa em que a distância entre ambos constitui o que o autor denomina de tempo histórico. A tese do autor é de que, na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente e que, na verdade, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas distanciam-se cada vez mais das experiências de até então. A secularização do conhecimento e descentralização social do poder eclesiástico permitiram esse distanciamento porque:

Enquanto a doutrina cristã dos últimos fins impunha limites intransponíveis ao horizonte de expectativa – ou seja, até meados do século XVII, aproximadamente -, o futuro permanecia atrelado ao passado. A revelação bíblica, gerenciada pela Igreja, envolvia de tal forma a tensão entre experiência e expectativa que elas não podiam separar-se. (KOSELLECK, 2006, p. 315).

No entanto, com a Modernidade, entre outros aspectos, veio o abalo da revelação bíblica como orientação exclusiva à vida social de forma que emergiu:

[...] a descoberta de um novo horizonte de expectativa, o que terminou ganhando a forma do conceito de progresso. [...] O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto (id., p. 316).

Essa descoberta de um novo horizonte de expectativa se dá principalmente pelas experiências proporcionadas desde a colonização ultramarina até o desenvolvimento da ciência e da técnica que também modificaram o espaço da experiência, de forma que o conceito de progresso, nos diz Koselleck (2006, p. 317), só foi criado no final do século XVIII para reunir as tantas novas experiências desenvolvidas nos séculos anteriores.

A ideia de progresso sintetiza a perspectiva do novo homem, moderno, como sujeito da história e produtor do seu futuro. Nas palavras de Koselleck, “o progresso é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu a diferença temporal entre experiência e expectativa” (2006, p. 320). A ideia de progresso aponta para uma única direção da experiência humana no tempo. A história retorna como possibilidade de realização plena do homem em detrimento da redenção divina para dar de novo direção ao homem moderno que a perdera com a dissolução do poder da explicação e orientação divina. A busca pela autoconsciência e pela liberdade forjadas como valores vigentes pela modernidade se dá no curso histórico de uma história universal, única e singular.

Já no século XIX, aprofundada no século XX, uma nova relação com a temporalidade se constitui, a razão moderna é criticada e colocada em xeque. A proposta moderna que prometia a liberdade e o avanço por meio do conhecimento livre e racional, bem como a dominação instrumental da natureza que proporcionariam o desenvolvimento e o progresso do homem se vê ao redor de campos de concentração, bombas nucleares e duas guerras mundiais de forma que passa a ter todo o seu projeto de libertação questionado como sistema de opressão.

Reis (2006) nos diz que com esse sentimento pessimista de crítica ao projeto moderno passa-se a compreender que a universalidade dos valores e da história representava o que o autor chamou de “expansionismo metastático” dos valores particulares da Europa e seu interesse em instrumentalizar o mundo.

Autores como Marx e Freud, mesmo com produções, em determinadas leituras, ligadas ao projeto moderno, são considerados grandes críticos de sua perspectiva da história como produto e realização plena da autoconsciência e da liberdade através de uma perspectiva de descentramento do sujeito, seja pelo conceito de inconsciente freudiano ou pelo de ideologia marxista (REIS, 2006; BIRMAN, 1997). É no século XX, herdeiro das considerações destes e outros teóricos, que se consolida então a crise da Razão moderna.

Na introdução de sua obra “A condição pós-moderna”, Harvey (2008) nos descreve uma antinomia que emerge do contexto de crise da razão moderna entre modernidade e pós-modernidade e nos diz:

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a

indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno. (p. 19).

É precisamente pelo seu regime de historicidade que a modernidade é mais duramente criticada, visto que aparece como pilar de sustentação do esquema totalizante que ordena. Por isso que Harvey (id.) nos acrescenta que o que há de comum nas várias mudanças filosóficas, científicas e teóricas que este momento testemunha é a rejeição das “metanarrativas” que ele define como as “interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal”.

Podemos reafirmar então a importância de se pensar regimes de historicidade para os tempos hodiernos. Na pós-modernidade o universal se decompõe e se multiplica e a grande narrativa também se fragmenta em múltiplas de forma a desacreditar a razão. Essa descrença questiona o sentido histórico moderno orientado pela realização da experiência humana na história e deslegitima o governo da história pela razão.

O regime de historicidade moderno ganha destaque na medida em que nos diz contemporaneamente, traduzido na sua crise temporal, sobre a historicidade como objeto de questionamento na sua forma mais direta. É a partir desta possibilidade que se dá o interesse desta pesquisa de identificar, descrever e analisar as nuances desta palavra: historicidade.

De forma geral, a caracterização sobre o desenvolvimento da história - ou como se pode denominar: a historicidade - é importante para os estudos da psicologia na medida em que nos diz sobre concepções acerca da experiência humana subjetiva e social num determinado sistema teórico.

Falar sobre historicidade nos diz acerca da conformação dessa experiência social organizada num presente-passado-futuro, numa temporalidade. Logo, abordar sobre a historicidade, um objeto da História como campo de conhecimento específico, para a psicologia pode ser pertinente numa abordagem que se proponha a descrever e interpretar como essa experiência é e pode ser concebida.

Apesar da importância da preocupação com a historicidade como pergunta possível de ser pertinente tanto à psicologia quanto, no nosso argumento, para qualquer área do conhecimento que se debruce sobre fenômenos humanos, aborda-lá por excelência como objeto cabe à História. Desta forma, nossa abordagem para com a discussão se dá via historicidade como argumento, ou seja, a forma como ela pode ser apresentada como referência funcional no contexto do debate de outras áreas que não a História propriamente dita.

Em particular para a psicologia social, área de convergência entre campos distintos - como a psicologia e as ciências sociais -, este tema se apresenta como importante por também trazer à luz do debate uma experiência humana social e subjetiva que, por se estabelecer num arranjo de tempo determinado, nos diz também sobre perspectivas de mudança social. A historicidade é pertinente instrumento quando expõe relações de poder a partir do distanciamento temporal numa relação sujeito-objeto, bem como na definição do objeto de pesquisa em si quando se diz deste ter “historicidade” ou não. A historicidade também é pertinente argumento quando pode avaliar estas mesmas categorias pela via de sua desnaturalização.

É sobre estas duas perspectivas que podemos falar de historicidade como argumento: na sustentação de perspectivas desiguais de poder através de um distanciamento temporal entre organizações sociais diferentes e/ou numa relação sujeito-objeto; e quando da caracterização do próprio objeto a ser estudado. Sobre estes aspectos se trata o capítulo seguinte.

2.2 Da historicidade como argumento

Neste capítulo, tratamos de como a historicidade pode ser trazida como argumento em campos diferentes que o da História, para então delimitarmos qual o seu lugar argumentativo na Psicologia e na Psicologia Social.

Quando não tomada como objeto, a historicidade aparece como argumento importante a ser considerado em áreas diferentes do conhecimento. Na área científica, ela pode ser expressa de duas formas 1) na sustentação de uma relação desigual de poder: que pode ser expressa tanto em relações entre formas de organização social e/ou sociabilidades diferentes, quanto numa relação de pesquisa expressa na delimitação da relação sujeito-objeto, em particular nas ciências sociais; e 2) na caracterização do objeto a que determinada área se propõe a estudar, em particular no caso de estudos sociais que tomam como objeto de estudo relações humanas de várias ordens.

Para falar destes aspectos da historicidade como argumento, vale retomar as perguntas que Hartog (2014) faz ao falar de regimes de historicidade como categoria e dizer suas preocupações sobre os fenômenos: “Por que ordem do tempo eles são sustentados? De que ordem são portadores ou sintomas? De que ‘crise’ do tempo, os indícios?”. (2014, p. 26).

Trazendo estes questionamentos ao contexto da historicidade como argumento, também a historicidade pode: sustentar, ser sintoma e indício de relações desiguais de poder.

Falar deste aspecto remonta à história da cultura ocidental em que o sentido teleológico e universal da história cumpre um papel político determinado, como nos diz Reis (2006):

A cultura ocidental se interroga sobre a sua identidade, que generaliza como problema do homem universal. Esse esforço obsessivo para atribuir um sentido inteligível, universal, à “vida humana” se explica pelo fato de a cultura ocidental não possuir uma identidade sem fissuras e de precisar justificar seu expansionismo pelo mundo. Ela se esforça para se integrar, luta para se reconhecer em sua totalidade, para poder se expandir com a legitimação de um discurso claro e distinto, irretorquível (p. 14)

É a partir de uma perspectiva de historicidade enquanto argumento que a cultura ocidental busca autointegração e autorreconhecimento, e que, neste mesmo processo, produz uma relação desigual de primazia em relação ao que não se refere a si mesma. Em outras palavras, o regime de historicidade aqui em questão sustenta, é sintoma e indício de uma relação desigual de poder em que a cultura ocidental se autoproclama total e se impõe como parâmetro universal até ao que não lhe pertence.

Boaventura de Sousa Santos, pesquisador preocupado com o status das lutas sociais na pós-modernidade, desenvolve vários conceitos e avaliações acerca de como uma ordem do tempo sustenta o pensamento ocidental e quais as problemáticas que isso traz no âmbito das ciências sociais, mais especificamente para se pensar perspectivas de emancipação social.

Em seu artigo “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, Boaventura de Sousa Santos (2002) fala sobre alguns conceitos importantes para o seu sistema teórico e argumenta em favor de estratégias que subvertam o lugar de poder da cultura ocidental sustentado por uma perspectiva de experiência social com o tempo, ou seja, uma perspectiva de historicidade:

Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. (SOUZA SANTOS, 2002, p. 239).

Boaventura chama de razão indolente esta que caracteriza a cultura ocidental e a apresenta de quatro formas: a razão impotente, a razão arrogante, a razão metonímica e a razão proléptica. Não cabe aos objetivos deste trabalho trabalhar cada razão descrita em sua

indolência, como define o autor, mas vale citar que cada uma delas se refere a um aspecto desta razão indolente de forma a caracterizar uma racionalidade totalizante que reproduz desigualdade.

Uma das razões que Boaventura (2002) descreve como parte da razão indolente, a razão proléptica, diz respeito justamente a uma concepção linear da história em que há pleno domínio do futuro em virtude de se saber exatamente o que dele esperar, como uma sucessão direta e imediata do presente. Logo, ainda que se resguarde as especificidades dos termos em seus sistemas teóricos, também aqui a historicidade - entendida como experiência social e subjetiva com o tempo -, ocupa um lugar importante de avaliação sobre lugares desiguais de poder.

Podemos perceber que a historicidade, em seus arranjos diversos, tem o potencial de ser concebida como argumento a reproduzir relações desiguais de poder, em particular na cultura ocidental com seu projeto totalizante. Logo, perguntar acerca dos sentidos em que a historicidade pode ser experienciada pode nos dizer sobre engrenagens de sustentação de sistemas de significados que ao se colocarem num lugar de historicidade total, querem subjugar toda e qualquer possibilidade diversa de se experimentar o tempo.

No campo estrito da ciência, a historicidade como argumento de reprodução de poder desigual também é um quesito importante de avaliação. O aspecto de reprodução de poder a partir da historicidade pode ser observado na relação pesquisador-pesquisado quando se observa certa distância no lugar de experiência temporal de cada um.

Sobre isso, Johannes Fabian, em seu livro “O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto”, analisa usos do tempo como formas de construir o objeto da antropologia. Para isso, ele questiona: “O que é que os antropólogos tentam alcançar com seus múltiplos e desorganizados usos do tempo” (2013, p. 61). Ele explica várias formas em que o tempo aparece na constituição do discurso antropológico e indica que não é necessária uma referência temporal direta para indicar o distanciamento que o constitui. Como ele argumenta, bastam expressões como “arcaico”, “primitivo”, “místico” ou avaliações de sociedades contemporâneas das quais se diz “praticar uma economia da idade da pedra” que o distanciamento temporal se efetiva da mesma forma (id., p.66).

Não nos deteremos nos pormenores da função de cada tempo definido no discurso antropológico com base no trabalho de Fabian (2013), mas sua análise nos ajuda a pensar como o argumento da experiência social e subjetiva com o tempo admite formas distintas de sustentar relações desiguais de poder. Ele fundamenta uma crítica que perpassa todas as

formas do discurso antropológico se apropriar do tempo e adverte para o fato de existir “uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não presente do produtor do discurso antropológico” (Ibid., p. 67).

Esta tendência a que Fabian (2013) se refere, consiste na distância temporal que o pesquisador – antropólogo, no caso da crítica específica dele – está em todo contexto de estabelecimento de objeto que a antropologia possa elaborar. Ele chama essa distância de alocronismo da antropologia que quando faz isso nega o que ele chama de coetanidade.

A coetanidade, negada pela antropologia segundo o argumento de Fabian, diz respeito ao compartilhamento do tempo de todos os envolvidos. Sobre esta, que alguns argumentam ser inerente ao processo de interação social que pressupõe a intersubjetividade, contra-argumenta Fabian (Id.): a coetanidade tem ser criada e toda comunicação é, em última instância, esta criação.

A crítica que Fabian faz à Antropologia nos ensina muito acerca de como a experiência social e subjetiva com o tempo, ou seja, perspectivas de historicidade sintetizam relações de poder e como, na caracterização de qualquer referente uma escolha consciente ou não sobre uma perspectiva de historicidade pode ser argumento de sustentação destas relações.

A historicidade como argumento (re)vela uma discussão sobre a história, mas também uma discussão política. Bem como o próprio Fabian (Ibid., p.34) adverte: “a construção do objeto da antropologia por meio de conceitos e dispositivos temporais é um ato político” e completa em outro momento do texto: “não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico, político.” (ibid., p. 40).

É neste sentido que a historicidade deve perpassar todas as formas de conhecimento, disciplinas científicas ou não. A historicidade explicita um argumento, bem como definimos aqui, que sustenta, é sintoma ou indício – em referência às perguntas de Hartog – de um sistema de conhecimento.

Para falar do segundo aspecto da historicidade como argumento que, definimos estar presente na caracterização de um referente, invocamos a discussão tal como ela aparece na psicologia, de forma geral, quando pensamos a caracterização do seu objeto de acordo com uma referência a uma experiência social e/ou subjetiva que se dá na dimensão temporal, ou seja, de possuir historicidade ou não; e em particular na psicologia social quando se diz de seu objeto de forma semelhante, mas no contexto do que é chamado de “crise” da psicologia social. Sobre isso, os capítulos que se seguem tratarão de forma específica.

2.3 Da historicidade, a psicologia e a psicologia social

O debate acerca da historicidade como um elemento inerente aos processos psicológicos se remete à própria história da Psicologia como ciência. Desde a concepção de uma psicologia científica podemos dizer que este elemento permeia grande debate acerca do objeto e da epistemologia do conhecimento psicológico em sua relação com a temporalidade.

Como nos afirma Abib (2009), a Psicologia, como projeto de ciência, é apresentada de forma clara nos projetos de James e Wundt, que se esforçam para descaracterizar este conhecimento em relação à metafísica quando aqueles fazem duras críticas a esta última. Na proposta de Wundt, em especial, em seu projeto de psicologia empírica, a distinção entre a *Völkerpsychologie* (Psicologia dos Povos) e a sua Psicologia experimental e fisiológica pode nos dizer acerca deste debate desde o início do desenvolvimento da psicologia como projeto científico, em que a psicologia fisiológica utiliza o experimento para a análise de processos psíquicos mais simples; e a psicologia dos povos investiga os processos psíquicos superiores através da observação dos produtos mentais. (ARAÚJO, 2007).

Segundo Lopes (2011), uma questão importante acerca desta diferença epistemológica entre a psicologia experimental e a dos povos de Wundt nos remete já a questão de como conceber a experiência com a temporalidade em sua relação com os processos psicológicos:

(...) a *Völkerpsychologie* complementa a psicologia individual na medida em que mostra as peculiaridades do desenvolvimento psíquico coletivo, que, entre outras coisas, **tem outra temporalidade**, estabelecendo, assim, uma independência relativa dos indivíduos (os “produtos psíquicos criados nas culturas” permanecem por gerações e por isso não se restringem à consciência individual). **Essa diferença de temporalidade impede a aplicação do método experimental nesse campo**, ao mesmo tempo em que permite o emprego da observação aproximando metodologicamente a *Völkerpsychologie* das ciências do espírito, sobretudo, da etnologia e da antropologia. (LOPES, 2011, pp. 93-4, grifo meu).

Desde os primeiros projetos da psicologia como ciência, a forma como a dimensão temporal se configura pode afetar a constituição do que se pode chamar objeto da psicologia e que métodos são possíveis para se pesquisar sobre ele. O lugar da temporalidade, a que se refere Lopes (Id.) para falar do problema que Wundt encontrou em seus estudos na caracterização do objeto e do método da nova ciência – a psicologia –, nada mais é do que a dimensão social do objeto a que a Psicologia dos Povos se destina estudar. Apreendemos a historicidade aqui como o caráter social da temporalidade a que Wundt se referia.

No caso da história da Psicologia Social, mais especificamente, como campo interdisciplinar caracterizado por uma diversidade epistemológica grande e em interlocução clara com disciplinas como as Ciências Sociais e Políticas, este debate também acontece.

Na história da Psicologia Social moderna podemos dizer que essa disputa epistemológica toma corpo na chamada “crise da Psicologia Social” ocorrida no princípio dos anos 1970. Na “crise”, a hegemonia da psicologia social de inspiração positivista e experimental forte, com seu desenvolvimento em solo norte-americano, tem suas bases questionadas, em particular pela sua identificação do ato de conhecer com o de experimentar, a formulação de leis gerais e uma única forma de se conceber a produção do conhecimento. Desta forma, a reivindicação de um conhecimento localizado temporal e espacialmente e orientado politicamente aparece em formas distintas de resistência ao positivismo hegemônico.

Segundo Farr (2008), a Segunda Guerra Mundial propiciou um nível de desenvolvimento à psicologia social semelhante àquele que tiveram os testes psicométricos com a Primeira Guerra. O autor salienta a importância de estudos como os da série de volumes *The American Soldiers*, sob supervisão do sociólogo Stouffer e cita algumas contribuições importantes ao campo da Psicologia Social. Uma delas seria ter propiciado um modelo para programas de doutorado interdisciplinares em Psicologia Social depois da guerra. Este aspecto, nos diz Farr (2008), deu espaço para a consolidação de grupos em várias partes dos Estados Unidos, com destaque para o Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) do qual Lewin, um dos mais importantes psicólogos pesquisadores em dinâmica de grupo, fazia parte depois de ir da Alemanha refugiar-se nos EUA antes da Segunda Guerra Mundial.

É a chamada era da psicologia social moderna, um fenômeno que Farr (2008) vai caracterizar como caracteristicamente americano, em particular com uma psicologia social cognitiva forte fruto de uma disputa entre a fenomenologia e o positivismo, uma briga entre uma perspectiva que vem da Europa e outra norte-americana com a qual se deparam os psicólogos austríacos e alemães da Gestalt ao chegar em território americano. Este conflito ocorre em solo norte-americano, mas acontece no diálogo com uma perspectiva européia.

A Psicologia Social hegemônica nos EUA, uma forma psicológica que surge como subdisciplina da Psicologia e não da Sociologia, nos diz Farr (2008), é a preferida de manuais de Psicologia como o *Handbooks of Social Psychology* pelo contexto de sua hegemonia e a perspectiva positivista de seus editores. Assim, podemos considerar o positivismo como uma

perspectiva que não influencia apenas a disputa epistemológica dentro da Psicologia Social, mas também sua história e como ela pode ser contada.

Esta Psicologia Social – chamada na literatura de Psicologia Social psicológica (GARRIDO; ALVARO, 2015) - tem uma inspiração positivista forte em que o ato de experimentar se identifica com a ação de conhecer e sua relação com empirismo (BOECHAT, 2009) se apresenta neste aspecto. Essa relação ainda resguarda o lugar que se atribui, nestas perspectivas, ao juízo da experiência e à relação de causa e efeito entre os fenômenos para se chegar na regularidade das leis naturais, em que “o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais.” (COMTE, 1978, p. 50). Ainda sobre estes aspectos na conjunção dos pressupostos entre o positivismo e o empirismo podemos dizer que:

(...) o empirismo, levado às suas últimas consequências, não admite a *necessidade* dos juízos de experiência, e não atribui validade senão restrita às leis que explicam, em termos de causa e efeito, as regularidades dos fenômenos naturais (BOUTHOU, 1966 *apud* BOECHAT, 2009). O positivismo, pelo contrário, dá um passo além e culmina numa verdadeira ontologia. E essa ontologia caracteriza-se pela indistinção, no plano dos fenômenos, entre aqueles que dizem respeito ao homem e aqueles que concernem aos demais objetos. (BOECHAT, 2009, p. 48)

Por esta ontologia que não discrimina fenômenos especificamente humanos que pesquisadores criticam esta perspectiva que objetifica e coisifica o homem (id.). Autores como Keneth Gergen e Lupicinio Iñiguez, pesquisadores de uma orientação filosófica construcionista, por exemplo.

Sem nos determos em pormenores teóricos que dizem respeito a outros aspectos tão importantes quanto na diferença epistemológica e caracterização da crítica, na obra destes autores (GERGEN, 2008; IÑIGUEZ, 2003) o argumento da historicidade dos fenômenos como elemento intrínseco à constituição destes aparece como um dos elementos primordiais de crítica à perspectiva positivista. A obra de Gergen “Psicologia Social como História” (1973/2008), em particular, - mesmo com todas as críticas às limitações da sua argumentação (BOECHAT, 2009) -, se apresenta como um marco na história da Psicologia Social e sublima um movimento de crítica a esta perspectiva que já vinha perdendo sua hegemonia como elemento inquestionável.

Em seu artigo, cujo objetivo “(...) é demonstrar que a psicologia social é principalmente um inquérito histórico”, Gergen (2008) nos fala da importância de se

considerar o elemento historicidade como aspecto que marca os princípios da interação humana e que, longe de se apresentarem como estáveis de forma a serem apreendidos a partir dos métodos ligados ao positivismo, sempre ligados à predição, experimentação e formulação de leis gerais, deveriam ser estudados a partir de outra perspectiva, e esta será marcadamente histórica.

O contexto que está instaurado é o que é chamado de “crise da Psicologia Social”, em que o ramo da Psicologia Social que se estabeleceu a partir da Segunda Guerra Mundial, com promessas e expectativas acerca da reconstrução do mundo e a minimização de conflitos começa a ser questionado, em meados da década de 60, apontando limitações do positivismo na compreensão de uma realidade social pouco otimista e a necessidade de se perguntar além do que é, para “como se deu” e “por quê”, o que inclui diretamente a historicidade na abordagem epistemológica dos fenômenos, se apresenta fortemente (LANE, 1989).

Na América latina, essa crise foi exposta no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia em Miami em 1976 e também no Peru em 1979 (BERNARDES, 2013). Ainda segundo Bernardes (Id.), em resistência à Psicologia Social de inspiração norte-americana, acusada de descontextualização de seus objetos, desinteresse político pelos problemas sociais e individualização do social praticada pela ALAPSO (Associação Latino-Americana de Psicologia Social, surgida na década de 60), surgem a AVEPSO (Associação Venezuelana de Psicologia social) e a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) com o objetivo de agregar Psicólogos Sociais que questionavam essa perspectiva positivista do fazer científico. No Brasil, podemos dizer que a criação da ABRAPSO é um dos principais marcos da história recente da psicologia social (CRUZ; VAN STRALEN, 2012).

A revista *Psicologia & Sociedade*, como periódico da ABRAPSO foi criada só em 1986 e sua publicação esteve muito ligada aos encontros regionais e nacionais, publicando os trabalhos completos destes eventos. Sua publicação é periódica e anual até 1989, quando temos uma publicação a cada dois anos. Já em 1992 é iniciado um hiato e sua publicação é retomada em 1996, quando a revista toma o caráter de periódico científico com a publicação de artigos devidamente submetidos e avaliados por pesquisadores designados para tal. Em 2002 a publicação é vinculada à base *Scielo* e passa a ser publicada via online.

Analisar as publicações da revista *Psicologia & Sociedade* nos diz sobre sua história e pode contribuir para a Psicologia brasileira, considerados e resguardados os aspectos políticos e teóricos implicados desde sua criação em meio à “crise” da psicologia social. Desta forma,

nesta pesquisa pretendemos analisar as publicações desta revista e contribuir para uma Psicologia que pense a si mesma, uma análise crítica interna da própria Psicologia.

Na criação da ABRAPSO em seu contexto de “crise” da área, novas tendências teóricas e práticas são pensadas por uma parcela significativa dos psicólogos sociais brasileiros (CRUZ.; VAN STRALEN, 2012). A perspectiva que se desenvolveu então foi a chamada Psicologia Social crítica, de clara inspiração nos pressupostos do materialismo histórico e dialético e seguindo autores como Vigotski (1896-1934) e Leontiev (1903-1979). Os trabalhos de Silvia Lane em colaboração com outros autores (LANE; CODO, 1989; LANE; SAWAIA, 1995) vieram sistematizar os parâmetros desta Psicologia que ficou conhecida como a perspectiva sócio-histórica.

Podemos dizer, por ora, que essa perspectiva marca as tendências teóricas que são sustentadas em reação ao positivismo e empirismo da psicologia social experimental até então hegemônica. Com uma perspectiva de historicidade característica e central para esta abordagem teórica - muito ligada ao marxismo -, este elemento aparece como um ponto de sustentação importante para a crítica aos pressupostos empiricistas e positivistas de neutralidade, experimentação e cientificismo.

Sem nos determos nos pormenores teóricos em vista de resguardar a diversidade de respostas à “crise”, podemos caracterizar a historicidade como um elemento que, de maneira geral, ocupou um lugar importante de crítica e reivindicação de um conhecimento localizado temporal e espacialmente e orientado politicamente em formas distintas de resistência ao positivismo hegemônico.

No entanto, se é verdade que do encontro entre Psicologia e História podem advir novas possibilidades críticas para a Psicologia (MANCEBO; JACÓ-VILELA.; ROCHA, 2003), também é verdade que, no debate contemporâneo, a historicidade é alvo de debate intenso sob a perspectiva de se pensar que arranjos são possíveis e necessários acerca da experiência social e subjetiva com o tempo.

Segundo Cruz e Van Stralen (2012), nas últimas três décadas, uma diversidade de perspectivas metodológicas, epistemológicas, políticas e éticas têm se desenvolvido na psicologia social, o que influencia diretamente a formação, atuação e produção científica dos psicólogos sociais que pesquisam e/ou atuam na área. Desta forma o campo tem tido suas pautas modificadas ao longo dos anos e debates que outrora estavam em cena são suprimidos por outros que, bem como aqueles, podem ser perenes ou não.

Bem como os temas dos debates, os conceitos que são usados também são elementos importantes de avaliação. Tendo em vista as diferentes epistemologias que se desenvolveram e os debates que entraram em pauta, pretendemos também colocar em debate a historicidade. Compreendemos que estudar os sentidos como a palavra se desenvolve ao longo dos anos pode nos dizer sobre o uso da palavra e os contextos significativos em que ela tem sido usada para fins de avaliação da sua função argumentativa e sobre o lugar que o conceito, resguardado na ocorrência da palavra, é empregado em cada publicação analisada.

Entendemos que, apesar da diversidade teórica e epistemológica da área, as concepções acerca deste elemento podem ser diversas ou não, manifestas ou não e nos dar boas pistas de como a psicologia se define e se repensa em vista de uma necessidade teórica, metodológica, ética ou política.

Compreender como ela se comporta ao longo dos anos de publicação da revista *Psicologia & Sociedade* pode nos dizer sobre a pluralidade de uma Psicologia que, quiçá, permaneça em “crise” ou sobre permanências cujas possibilidades, articulações e consequências serão apresentadas.

3. MÉTODO

3.1 Pressupostos metodológicos

Esta pesquisa é uma análise descritiva-interpretativa sobre os sentidos da palavra historicidade nas publicações da revista *Psicologia & Sociedade*. Pretende-se construir uma avaliação de como este conceito se desenvolve ao longo das publicações do periódico. Neste capítulo, pretendemos descrever os pressupostos e os procedimentos desta construção.

Partimos da perspectiva qualitativa de fazer científico, isso implica em dizer, dentre os diferentes sentidos em que esta afirmação pode ser apresentada, numa perspectiva diferente da forma positivista e empiricista clássicas de fazer ciência, em que a partir do lugar neutro de pesquisador, desvela-se uma realidade empírica para desenvolver teorias gerais do ordenamento do real.

Neste sentido, o caráter empírico, característico da epistemologia positivista, é ressignificado e lhe é outorgado um lugar diferente, de forma a reconhecer o *status* das idéias e do conhecimento teórico como elemento essencial da produção acadêmica para apontar mudanças nas representações gerais do objeto da ciência (REY, 2002, p.7). O empírico aqui é uma construção teórica organizada a partir dos objetivos desta pesquisa que tem sua relevância espaço e temporalmente delimitada às questões que busca delinear, nunca num movimento de esgotamento, nem sequer de aproximação probabilística da realidade, mas de aprofundamento e de uma interpretação possível para contribuir com o lugar que a psicologia social tem e quer se colocar.

No século XVII, pôde-se testemunhar como os princípios do empiricismo numa busca pelo conhecimento através da observação e a da experiência se consolidavam. René Descartes é sempre citado como um estudioso que marca este período e é considerado contribuinte direto para a história da psicologia moderna (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007, p. 33) em sua tentativa de resolver o problema filosófico que circunda os debates acadêmicos na ciência psicológica até hoje: o problema mente-corpo.

O positivismo comteano, já no século XIX, aparece como outra doutrina que fará parte dos pressupostos do conhecimento dito científico: reconhece-se apenas o conhecimento de fenômenos de natureza diretamente observável. Além destes, Schultz e Schultz (2007) acrescentam o materialismo como pressuposto da ciência moderna, em que se pressupõe a descrição e explicação do universo através das propriedades da matéria e da energia.

No caso específico da ciência psicológica, onde situamos o debate desta pesquisa de forma geral, quando se fala numa forma diferente de fazer científico daqueles ligados ao

positivismo e ao empiricismo, é necessário dizer também da crise que esta ciência teve que enfrentar para se consolidar enquanto ciência, que a coloca num dilema ontológico: no momento em que reconhece seu objeto de estudo como elementar, a nova ciência pouco se consolidava como tal considerando-se o projeto moderno de neutralização da subjetividade empírica e a pouca viabilidade de sua submissão aos pressupostos metodológicos e epistemológicos de formular leis gerais com caráter preditivo; já no contexto em que seu objeto permanecia nebuloso, também não se consolidava como conhecimento independente, correndo o risco de ser anexada a outra disciplina (FIGUEIREDO, 2010, p 22-3).

Para pensar acerca destes aspectos, apresentaremos a perspectiva desenvolvida por Vigotski, muitas vezes chamada de histórico-cultural ou sócio-histórica. Esta abordagem tece críticas importantes aos parâmetros de cientificidade instaurados pelos pressupostos do empirismo, do positivismo e do materialismo mecanicista, de forma a pensar o materialismo dialético como pressuposto na superação da crise que se instalara no conhecimento psicológico.

Ao procurar superar a concepção idealista da consciência e o enfoque biológico mecanicista do comportamento, Vigotski (2004) afirma que o desenvolvimento humano se dá pelo caráter ontológico das relações sociais:

A Psicologia científica estabeleceu como sua tese básica o fato de que o tipo psicológico do homem moderno é um produto de duas linhas evolutivas. Por um lado, este tipo moderno de ser humano foi desenvolvido em um longo processo de evolução biológica da qual a espécie biológica *homo sapiens* surgiu, com todas as suas características inerentes do ponto de vista da estrutura do corpo, as funções de vários órgãos e certos tipos de reflexos e atividades instintivas que foram fixados hereditariamente e que são passados de geração em geração. [...] Mas junto com o início da vida social e histórica humana e as mudanças fundamentais nas condições às quais o homem teve de se adaptar, o curso subsequente da evolução humana também mudou radicalmente. (p. 197).

Essa mudança radical representa uma distância qualitativa entre a experiência especificamente humana e a animal caracterizando as funções psicológicas superiores. A experiência histórica do homem permite a sua adaptação ativa à natureza. Este objeto caracteriza a dimensão ontológica da preocupação dos trabalhos de Vigotski, que, como epistemólogo, se debruçou sobre os rumos que tomara a jovem ciência e analisou sistematicamente o que chamou de “crise da psicologia”: as contradições metodológicas e epistemológicas que marcavam este conhecimento.

Em seu artigo “O Significado Histórico da Crise da Psicologia. Uma investigação metodológica” (1926/2004) ele analisa o que denomina de “crise da psicologia” de forma sistemática e propõe a constituição de uma psicologia geral que pudesse sintetizar os pressupostos do conhecimento psicológico e caracterizar a cientificidade da Psicologia.

Foi nos pressupostos do materialismo dialético que Vigotski viu a possibilidade da construção dessa psicologia sintetizadora em que o movimento dialético do objeto e as contradições inerentes à sua constituição como tal nos dirão sobre sua dinâmica real. O caráter materialista e monista de seu objeto, compreendido numa abordagem dialética, representa um marco importante do ponto-de-vista epistemológico, rompendo com o dualismo cartesiano e a visão positivista da ciência, caracterizados pela dicotomia sujeito/objeto e o mecanicismo na abordagem dos fenômenos.

Vigotski (2004) em sua discussão epistemológica, preocupado com os pressupostos da ciência psicológica, se debruça sobre esta questão e formula diferenças entre o fato científico e o fato real:

O fato real e o fato científico distinguem-se precisamente um do outro pelo fato de que este último constitui o fato real reconhecido em determinado sistema, isto é, uma abstração de certos traços da inesgotável soma de signos do fato natural. O material da ciência não é constituído pelo material natural cru, mas pelo material logicamente elaborado que se destaca de acordo com um determinado signo. (p. 234)

Com esta afirmação, não podemos falar em neutralidade científica, tampouco de fenômenos de natureza diretamente observável, visto que cada observação encerra um mecanismo indireto, mediado pelo signo. Há de se salientar que a relação inversa também vale, na mesma medida em que podemos dizer que o fato científico não encerra a inesgotável soma de signos do fato natural, todo fato científico contém “um sedimento da realidade concreta e real de cujo conhecimento científico surgiu (...). Ou seja, a qualquer conceito, ainda que se trate do mais abstrato – do último – corresponde um certo grau de realidade, representada no conceito em forma abstrata, segregada da realidade”. (Id., p. 232).

Para Vigotski, o informe verbal, ou a linguagem como podemos afirmar, em última instância, ocupa outro lugar:

O próprio interrogatório não consiste em extrair do sujeito suas próprias vivências. A questão é radicalmente distinta em princípio. A pessoa submetida à prova não é testemunha que declara sobre um crime que presenciou (seu antigo papel), mas é o próprio criminoso e, o que é mais importante, no momento do crime. Não se trata de um interrogatório depois do experimento; é uma parte orgânica, integrante do próprio e não se

diferencia em absoluto dele, salva na utilização dos próprios dados no curso do experimento.(ibid., pp 15-6).

Este lugar, que podemos chamar central na questão da legitimação do conhecimento nesta perspectiva, nos fala de como é possível concebermos experimento para além dos parâmetros do empiricismo e como a interpretação é considerada não um ruído a ser polido no fazer científico, mas sim um elemento não apenas legítimo como também fundante e constituinte da construção do conhecimento.

O lugar da linguagem em relação à inteligibilidade do real aparece então para elucidar essa questão. Vigotski (2010) ao tratar disso, cita os trabalhos de Edward Sapir que explica:

O mundo da experiência deve ser sumamente simplificado e generalizado para que seja possível simbolizá-lo. Só assim se torna possível a comunicação, uma vez que a experiência indivisa vive numa consciência indivisa e, em termos rigorosos, é incomunicável. Para tornar-se comunicável ela deve ser inserida numa determinada classe que, por acordo tácito, a sociedade considera como unidade. (p. 12)

Os significados são a unidade de análise que Vigotski, preocupado com a especificidade do humano, encontra em suas elaborações. Esta unidade, resguardando os elementos tanto do pensamento quanto da linguagem, contém a chave para pensarmos como se dá a relação entre meio social e cultural na constituição psicológica dos sujeitos.

Em razão da nossa ação no mundo como práxis², (re)construímos o real psiquicamente através dos significados compartilhados e construídos socialmente, de forma que, neste processo, damos sentido peculiar à realidade social. Os significados, como partícula elementar de generalização tanto do pensamento quanto da linguagem, estabilizam precariamente nossas experiências com o mundo, para, no entanto, logo a desestabilizarem através desta mesma experiência em nosso desenvolvimento ontogenético. Desenvolvimento que se dá com o processo de abstração e formação de conceitos desde a forma de contato infantil com o mundo, presa na concretude da identificação do referente e a palavra até o pensamento abstrato com um movimento dinâmico entre estes elementos que constituem o signo:

[...] no processo de desenvolvimento histórico da língua, modificam-se a estrutura semântica do significado das palavras e a natureza psicológica desses significados, [...] o pensamento lingüístico passa das formas inferiores e primitivas de generalização a formas superiores e mais complexas, que encontram expressão nos conceitos abstratos, e, finalmente, no curso do

2. Práxis, entendida aqui como conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade. (BLIKSTEIN, 2003, p. 54.)

desenvolvimento histórico da palavra, modificam-se tanto o conteúdo da palavra quanto o próprio caráter da representação e da generalização da realidade na palavra. (VIGOTSKI, 2010, pp 400-1).

O processo de significação acontece de forma dinâmica, mesmo como atos de generalização e, portanto, de estabilização; a mesma palavra pode resguardar sentidos diferentes. O sentido, mesmo com pouca notoriedade nos estudos sobre a contribuição da perspectiva de Vigotski (GÓES; CRUZ, 2006), se apresenta como elemento importante da dinâmica do processo de significação e pode ser definido como:

[...] a soma de todos os fatos psicológicos que ela (a palavra) desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formulação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. (VIGOTSKI, 2010, p. 465).

O sentido é o elemento de desestabilização no processo de significação, ao passo que o significado o de estabilidade, a dinâmica entre estes define o processo significativo, podemos dizer então que o significado da palavra se desenvolve em relação com o sentido.

Como parâmetro, tomamos um conceito de historicidade como categoria generalista, em outras palavras, como significado que consiste em: experiência social e subjetiva que se dá no tempo (presente-passado-futuro). Analisaremos de forma sistemática o contexto sintático da ocorrência do descritor – da palavra - e o conteúdo manifesto de sentido em que seja apresentado, de forma a interpretar se está clara uma concepção específica de historicidade no texto e analisá-la à luz da sua relação com a psicologia social e suas implicações teórico-políticas.

Concebemos o processo de significação como elemento da constituição do sujeito em relação com o mundo e autêntico elemento de análise do caráter localizado do conhecimento. As experiências destes sujeitos são consideradas como elemento primordial de análise em relação com o pesquisador na dinâmica de construção da pesquisa. No caso desta pesquisa, o processo significativo acontece por meio da interpretação do pesquisador frente ao sentido manifesto no texto em vista da especificidade do material empírico aqui em questão ser apresentado de forma textual-documental nas publicações de uma revista científica.

Objetivamos conhecer as concepções de historicidade da psicologia social brasileira abrapseana, bem como descrever e analisar estas concepções em suas diferentes nuances e sistemas teóricos ao longo das publicações para, então, discutirmos as implicações teóricas e metodológicas para esta mesma psicologia hoje.

Nos diferentes trabalhos a serem analisados, todas as publicações da revista *Psicologia & Sociedade*, esperamos encontrar rupturas e permanências ao longo dos anos em padrões a serem descritos e estabelecidos pela própria pesquisa a partir da descrição de como este conceito aparece via descritores. A forma como fazemos isso será descrita a seguir.

3.2 Descrição dos procedimentos

O material empírico desta pesquisa é formado por todas as publicações da revista *Psicologia & Sociedade* desde sua primeira edição em 1986 até 2015. Acompanhamos desde seu caráter estritamente impresso e ligado às publicações dos trabalhos completos dos encontros, até sua total digitalização e publicação de artigos acadêmicos avaliados por pares.

Para analisar os sentidos das concepções de historicidade das publicações da revista *Psicologia & Sociedade*, revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, separamos em duas partes distintas: a de descrição e a de análise, apenas para fins de organização, não correspondendo a momentos radicalmente distintos da pesquisa, pois eles se inter cruzam em alguns procedimentos. A primeira corresponde a todos os procedimentos envolvidos na organização dos materiais e ocorrência dos descritores, caracterizando a formação do material de análise; a segunda parte corresponde à análise interpretativa dos materiais organizados e descritos na primeira. Neste item do capítulo 3, trataremos da primeira parte.

Gostaríamos de ressaltar que o que é compreendido como “organização dos materiais” já corresponde a fins analíticos e respeita os limites e interesses resguardados pelo objetivo desta pesquisa de forma a contemplar uma perspectiva de fazer científico que, apesar de considerar a manifestação positiva de sua unidade de análise no seu material de pesquisa, compreende esta como uma forma de concepção de análise perante um fim delimitado objetivamente no desenho desta pesquisa de forma a afirmar que toda organização de dados numa pesquisa qualitativa segue deliberadamente um construto e um argumento teórico de interpretação.

A referida revista foi criada em 1986 a partir da transformação de um boletim com o mesmo nome e teve seu primeiro número editado em janeiro de 1986. A partir de 2002 a revista passou a ser disponibilizada na plataforma Scielo até a corrente data, de forma que

todos podem ter acesso ao seu conteúdo online pela plataforma em que há a possibilidade de acesso aos artigos de forma sistematizada através de descritores, combinação de descritores e outras informações como datas, autores, etc. Já as edições anteriores estão disponíveis no site http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539 e podem ser acessadas em seu pleno conteúdo, no entanto, não de forma sistematizada, requerindo o acesso a cada edição por vez (uma edição, um único arquivo).

Para a parte descritiva e organizativa do material, foram utilizados dois métodos diferentes de organização e categorização que correspondem à disponibilidade dos materiais (todas as edições da revista). São eles: 1) acesso a cada edição de 1986 até 2001 por vez e pesquisa de ocorrência dos descritores e 2) acesso via plataforma Scielo e categorização a partir de descritores. Nesta pesquisa, utilizamos os seguintes descritores a fim de obter as diferentes variações de palavras em que concepções de historicidade podem estar resguardadas adjetivando ou qualificando o fenômeno psicológico ou complementando um argumento teórico psicossocial: “historicidade”; “histórico”; históricos”; “histórica”; “históricas”; “história” e “histórias”.

Para os fins descritivos a que se destina esta pesquisa, entendemos que o emprego destes descritores nos ajuda a dar um panorama mais amplo acerca de como uma experiência social e subjetiva com o tempo aparece nas publicações. No entanto, apenas um deles será trabalhado na parte interpretativa desta pesquisa, este aspecto será justificado e apresentado no capítulo 5.

Para a forma de acesso 1) das edições não disponíveis através da plataforma Scielo (de 1986 até 2001) seguem os procedimentos de acesso para cada edição individualmente:

- 1.1 Baixar cada edição disponível do site http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539;
- 1.2 Pesquisar através da opção “localizar” disponível no arquivo do Microsoft Word cada descritor por vez;
- 1.3 Anotar as ocorrências correspondentes para cada descritor e relacionar a cada trabalho em que este se manifeste tendo a ocorrência se repetido ou não;

Para organizar o material de análise, anotamos as ocorrências de cada descritor e cruzamos as informações entre eles para organizar um mapa de ocorrências dos descritores. Chegamos a 183 trabalhos (ver Apêndice A) que contêm quaisquer dos descritores adotados

nesta pesquisa pelo menos uma vez no decorrer do trabalho. Em vista da natureza do material e a forma de acesso a este, este mapa diz respeito apenas às edições de 1986 até 2001.

Já para o procedimento de acesso 2) através da plataforma Scielo seguimos os seguintes passos:

- 1.1 Acesso à página na plataforma scielo referente à versão online da revista;
- 1.2 Selecionar a opção “pesquisa”;
- 1.3 Acrescentar o(s) descritor(es), especificar a combinação entre eles (“and” ou “or”);
- 1.4 Especificar o campo da pesquisa (no título, no resumo, por ano, em todos os índices, etc.).

Para esta pesquisa, optamos por pesquisar cada descritor separadamente em todos os índices, depois cruzar os descritores para eliminar artigos repetidos para, por fim, separar as ocorrências por ano e então iniciar a análise interpretativa. O acesso à base de dados da Scielo ocorreu em setembro de 2015 incluindo todos os artigos publicados e todas as edições da revista publicadas desde sua digitalização (2002) até então.

Os resultados do mapeamento quantitativo das ocorrências de todos os descritores é apresentado no capítulo a seguir.

4. ANÁLISE DESCRITIVA: OS DESCRITORES E SEUS MOVIMENTOS TEMPORAIS E HISTÓRICOS

Depois dos devidos procedimentos descritos no capítulo anterior, damos início à apresentação dos resultados obtidos. Neste tópico apresentamos os resultados do mapeamento quantitativo das ocorrências de todos os descritores em todos os anos desde a criação da revista *Psicologia & Sociedade* em 1986 até 2015. Optamos por apresentar o mapeamento por descritor e por ano para observarmos suas dinâmicas ao longo do tempo.

No caso dos trabalhos entre 1986 e 2001 que não estão disponíveis na plataforma Scielo, foram anotadas, de acordo com os procedimentos “1” descritos no capítulo anterior, cada ocorrência de cada descritor de forma a construirmos um mapeamento de todos os trabalhos em que eles aparecem com os seguintes itens discriminados: quais descritores aparecem no trabalho e quantas vezes cada um aparece. Este mapeamento está disponível no apêndice e é disponibilizado para possíveis pesquisas posteriores.

Já para as edições de 2002 até 2015, disponíveis na plataforma Scielo, mapeamos de acordo com os procedimentos “2” descritos no capítulo anterior. Seguiremos apresentando o movimento de cada descritor encontrado por meio de quadros e tabelas neste capítulo. Seguem os resultados:

As ocorrências dos descritores no intervalo temporal de **1986 a 2001**, que não estão disponíveis na plataforma *Scielo*, estão discriminadas a seguir. Seguem os resultados por ano e por descritor:

TABELA 1. Ocorrências discriminadas por descritor e por ano (não discrimina os trabalhos individualmente) de 1986 a 1991

ANO DESCRITOR (ES)	1986 Nº 1	1986 Nº 2	1987 Nº 3	1988 Nº 4	1988 Nº 5	1989 Nº 6	1989 Nº 7	1990/ 1991 Nº 9
HISTORICIDADE		1				1	3	1
HISTÓRICO	6	10	3	10	8	26	17	11
HISTÓRICOS		2	1	3	2	2	5	3
HISTÓRICA		6		9	7	13	12	6
HISTÓRICAS				4	1	4	4	1
HISTÓRIA	1	20	9	37	31	54	26	41
HISTÓRIAS			3	4	4	2	1	2

Fonte: (Autora, 2016)

TABELA 2. Ocorrências discriminadas por descritor e por ano (não discrimina os trabalhos individualmente) de 1992 a 2001

ANO DESCRITOR (ES)	1992 Nº 10	1996 Nº 1	1997 Nº 1 e 2	1998 Nº 2	1999 Nº 1	1999 Nº 2	2000 Nº 1 e 2	2001 Nº 2
HISTORICIDADE				3			2	1
HISTÓRICO	12	32	14	31	11	9	13	38
HISTÓRICOS	3	9	4	6	1	2	6	2
HISTÓRICA	5	21	15	27	11		15	25
HISTÓRICAS	4	2	8	8	1	1	7	10
HISTÓRIA	22	28	14	45	28	28	43	38
HISTÓRIAS	3	2	1		4	2	3	

Fonte: (Autora, 2016)

Apresentamos também como resultado importante dessa fase da pesquisa o mapeamento realizado de todos os trabalhos que contêm quaisquer dos descritores pesquisados, bem como o movimento de todas as ocorrências dos 7 descritores, devidamente catalogadas pelo número de vezes em que aparecem no trabalho. Esse mapeamento permite inferências acerca de como os descritores se comportam ao longo de cada edição, quais deles aparecem mais e em que trabalhos estão presentes, esse panorama permite uma análise mais completa do objeto em questão pela sua natureza conceitual, além de servir como ferramenta e base para pesquisas posteriores acerca do tema. O mapeamento está disponível no Apêndice A.

Pudemos observar algumas peculiaridades no movimento dos descritores pelas suas ocorrências. Em 1986, primeiro ano da revista, tivemos dois números de sua edição sendo no primeiro apenas dois descritores aparecem: “histórico” e “história” com poucas ocorrências no decorrer da edição. Isso se modifica já no segundo número da revista no mesmo ano em o número de ocorrências dos descritores que remetem à historicidade cresce substancialmente com destaque para um trabalho específico em que das 10 ocorrências que a edição apresenta para o descritor “histórico”, 5 delas são apresentadas apenas neste trabalho: “Fetichismo da mercadoria e a psicanálise: elementos para um debate” (SILVEIRA, 1986)

Já na edição de 1987 em seu número 3 da revista, temos maior ocorrência do descritor “história” com 9 ocorrências. Podemos destacar ainda nesta edição que algumas autoras têm número significativo de publicações com trabalhos em que há ocorrência de quaisquer dos descritores adotados nesta pesquisa, são elas: Marília Novais da Mata Machado com 2 trabalhos em autoria: “Relato de experiência” (1987, pp. 137-141); “Sexualidade e instituições” (1987; pp. 15-18) com ocorrências nesta edição. Outra autora com muitos

trabalhos é Elizabeth Bonfim, sendo 3 trabalhos em autoria com ocorrências nesta edição: “O namoro entre Psicologia e Arte” (1987, pp. 40-43); “Desnovelando a psicologia da comunicação de massa” (1987, pp. 106-10); “Aspectos da Psicologia Comunitária e Ecologia Humana em Cuba” (1987, pp. 132-137). É relevante para fins analíticos destacar a presença destas como autoras em trabalhos com ocorrências em outras edições e números da revista em questão como na edição de 1988, número 5 em que as duas autoras têm 2 trabalhos com ocorrências de quaisquer dos descritores, o que representa grande produção destas em que a palavra aparece representando certa preocupação de ambas com processos históricos em consonância com processos psicossociais.

O descritor “historicidade” aparece em poucas ocorrências, aparece já na segunda edição da revista em 1986 e reaparece apenas em 1989 na edição da revista número 6 e segue se apresentando: na revista de número 7 do mesmo ano, em 1990 na número 9 para então aparecer apenas em 1998, 2000 e 2001 dentre os trabalhos anteriores à digitalização da revista em 2002 através da sua disponibilização na plataforma Scielo. O primeiro trabalho a discutir concepções de historicidade diretamente aparece através das ocorrências na edição número 7 de 1989: “Psicologia e História: uma relação possível? Ou Psicologia e História: uma relação necessária!” (ANTUNES, 1989, pp.30-6). Neste trabalho aparecem ocorrências de quase todos os descritores desta pesquisa, com exceção do descritor “histórias”.

Na revista de edição número 6 de 1989 observamos destaque do trabalho “Marxismo e Psicologia” (CARVALHO, 1989, pp. 64-75) em que o descritor “histórico” se apresenta em 12 ocorrências.

Em 1992 na edição de número 10 observamos menor ocorrência dos descritores por trabalho identificado, com exceção de 2 trabalhos: “Acerca de imagens do pai - Notas para pensar a paternidade no imaginário masculino” (SMIGAY, 1992, pp. 84-97) e “O que é psicologia comunitária?” (GÓES, 1992, pp. 15-23), ambos com ocorrências de, respectivamente, 4 e 5 descritores.

Já em 1996, temos na publicação da “Entrevista com Silvia T. M. Lane” grande número de ocorrências, sendo: [Histórico (8); Históricos (1); Histórica (8); História (6)]. Em 1997 na edição de números 1 e 2 da revista o trabalho que se destaca em número de ocorrências em determinado descritor, no caso o descritor “histórico” é “*Epistemologia cualitativa y subjetividad*” (REY, 1997, pp. 65-90).

Em 1998, na edição de número 2, temos maior número de vezes em que o descritor “historicidade” aparece em trabalhos diferentes por edição, são eles: “O sujeito e seus modos

de subjetivação" (LOPES, 1998, pp. 53-75); "A dimensão ético-afetiva das práticas sociais" (NOVO, 1998, pp. 95-104) e "A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito" (SAWAIA, 1998, pp. 117-138). Todos com 1 ocorrência cada um.

Nos anos 2000 e 2001 as edições da revista têm trabalhos que se destacam pelas ocorrências de quase todos os descritores em alguns trabalhos, no caso da edição de números 1 e 2 de 2000, os trabalhos: "Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social" (GUARESCHI, 2000, pp.110-124) e "A psicologia em movimento: entre o 'gattopardismo' e o neoliberalismo" (YAMAMOTO, 2000, pp. 221-233) já no caso da edição de números 1 e 2 de 2001: "Esquecimento, memória e repetição" (GIACÓIA, 2000, pp. 58-91).

Já acerca dos trabalhos disponíveis na plataforma Scielo (2002-2015) temos:

TABELA 3. Organização dos trabalhos por descritor nas publicações de 2002 a 2015

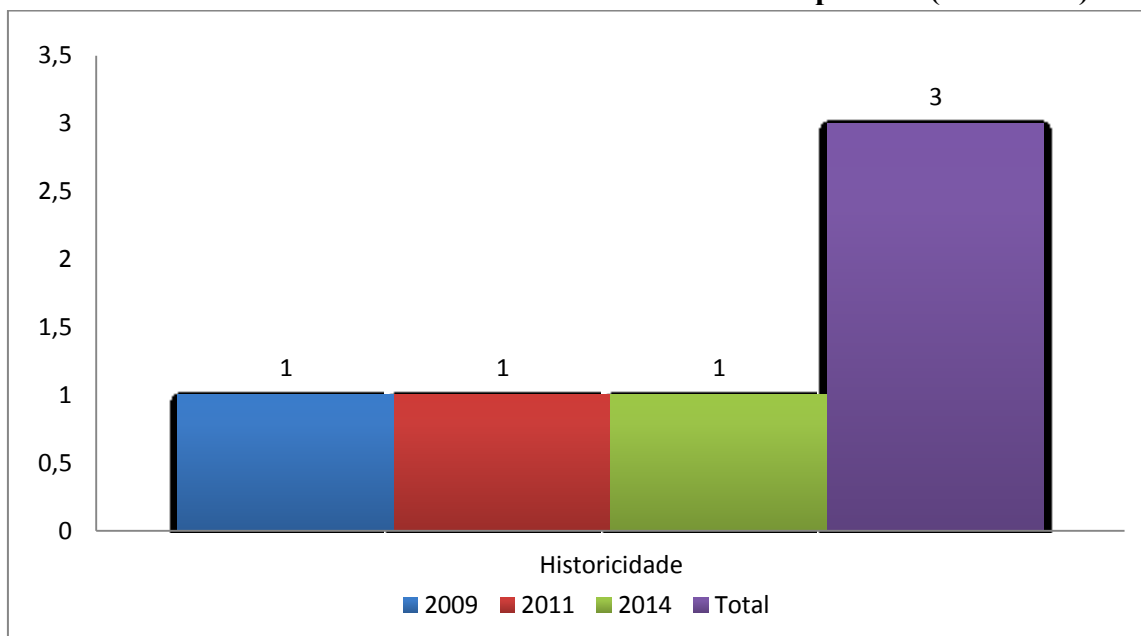
Descritor	Número de trabalhos por descritor	Resultado de intercruzamento entre descritores e sua variação sintática (com "s")
Historicidade	3	_____
Histórico	71	77
Históricos	7	
Histórica	52	63
Históricas	12	
História	67	79
Histórias	20	
Total de todos os trabalhos sem intercruzamento:		
232		

Fonte (Autora, 2016)

O descritor "Historicidade" não possui variação sintática com "s" nesta pesquisa pela ausência de ocorrências, mas com os outros descritores percebemos poucos artigos repetidos entre cada um e sua variação semântica, no entanto o cruzamento intradescritores, ou seja, entre todos os descritores permitiu o descarte de 46 artigos repetidos e chegamos então ao número 186 de artigos com ocorrências de quaisquer dos descritores nas publicações da revista entre 2002 e 2015.

Demonstramos a seguir os gráficos dos artigos encontrados na base Scielo (desde 2002) por descritor e ano. Optamos por apresentar as palavras juntas com sua variação no plural, exceto no caso de “historicidade” que não apresenta resultados. São eles:

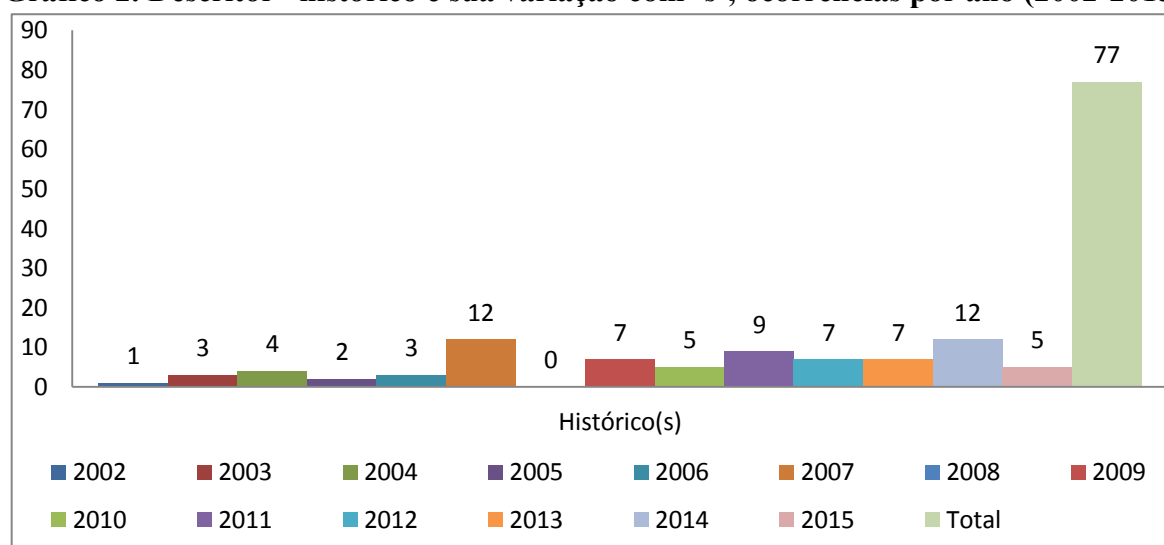
Gráfico 1. Descritor “historicidade” e ocorrências por ano (2002-2015)



Fonte: (Autora, 2016)

O descritor “historicidade” tem poucas ocorrências neste intervalo de tempo (2002-2015), sendo apenas 3 no total. Como pudemos observar, não há variação temporal de frequência nas suas ocorrências ao decorrer do tempo para este intervalo, logo, a sua apresentação neste formato se dá estritamente por vias de organização em vista de não ser possível ter um panorama temporal amplo de seu movimento por meio das ocorrências em virtude da sua evidente escassez.

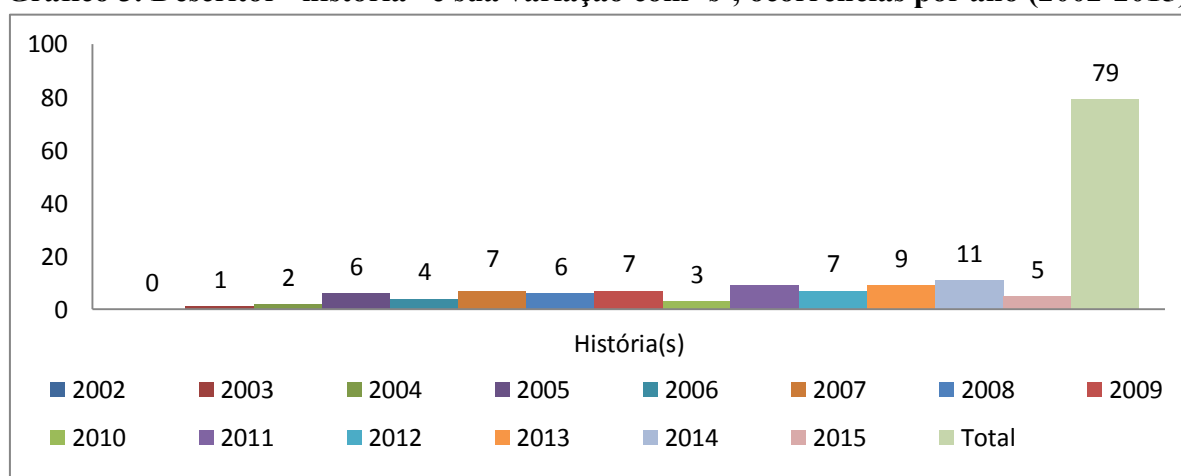
Gráfico 2. Descritor “histórico e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015)



Fonte: (Autora, 2016)

O descritor “histórico” com sua variação sintática com “s”, tem maior ocorrência nos anos de 2007 e 2014 com 12 artigos cada em que o descritor aparece.

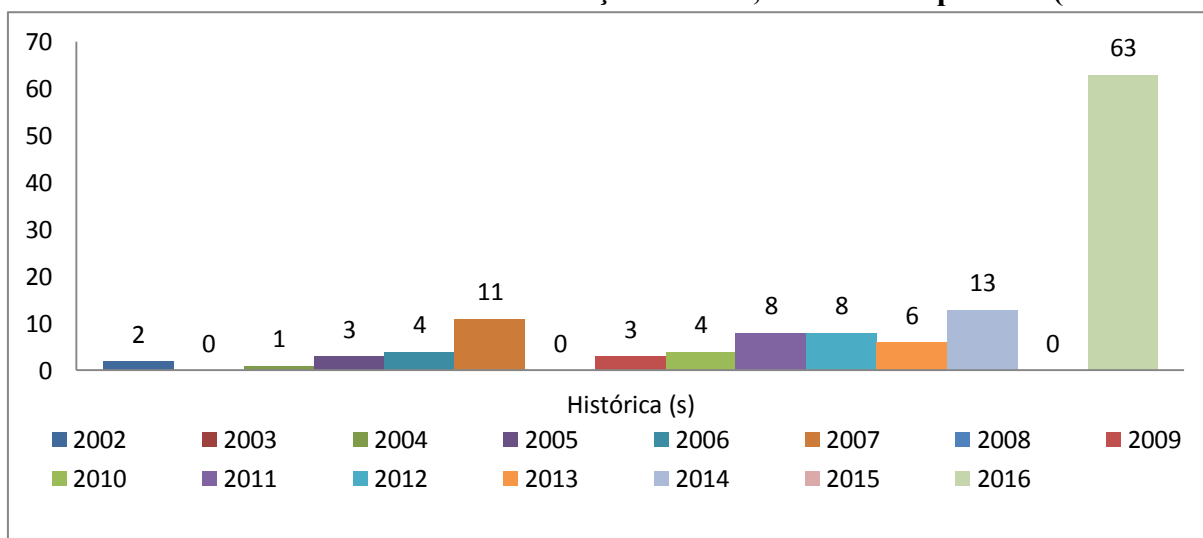
Gráfico 3. Descritor “história” e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015)



Fonte: (Autora, 2016)

O descritor “história” e sua variação sintática com “s” é o que possui mais ocorrências dentre os descritores escolhidos para esta pesquisa, sendo 79 artigos que possuem ocorrências com esta palavra. O ano de 2014 é o ano que possui mais ocorrências no intervalo de tempo citado.

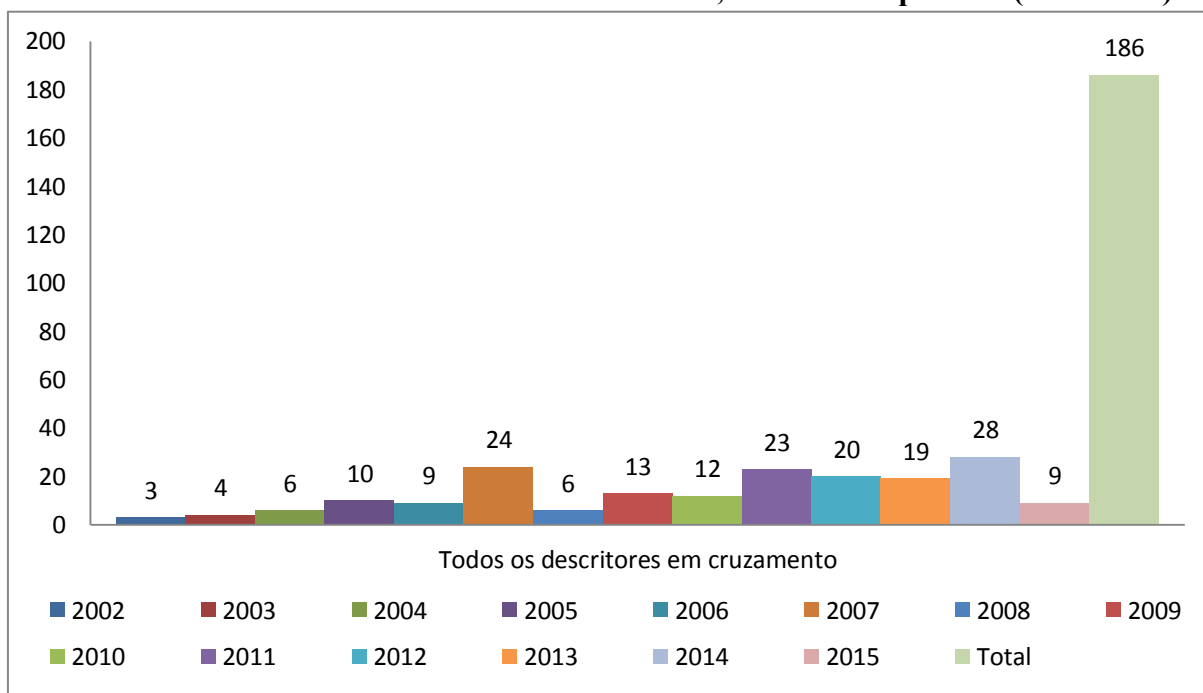
Gráfico 4. Descritor “histórica” e sua variação com ‘s’, ocorrências por ano (2002-2015)



Fonte: (Autora, 2016)

Este descritor e sua variação com “s” não tem ocorrências em artigo dos anos de 2003, 2008 e 2015.

Gráfico 5. Todos os descritores intercruzados, ocorrências por ano (2002-2015)



Fonte: (Autora, 2016)

Depois do cruzamento intradescriptor e com o descarte de todas as repetições chegamos ao número total de artigos com ocorrências de quaisquer dos descritores escolhidos. Percebemos que a variação temporal das ocorrências por ano com todos os descritores tem variação semelhante à variação do descritor “história” e sua variação sintática com “s” em que

as ocorrências aumentam nos anos e 2007 e 2014, bem como todos os descritores têm aumento neste último ano.

Em virtude dos objetivos desta pesquisa, apenas os trabalhos que contêm o descritor “historicidade” serão analisados em seus respectivos contextos significativos em que acontece cada ocorrência, o descritor nos atrai ao trabalho pela excelência de sua aparição, visto que é exatamente concepções de historicidade que nos interessa investigar nesta pesquisa. Ainda que procuremos o significado expresso em que ela possa se apresentar através de outros descritores, é a palavra mesma “historicidade” que nos interessa aqui. A análise interpretativa de cada ocorrência será apresentada a seguir.

5. DA HISTORICIDADE COMO ARGUMENTO: SENTIDOS DE HISTORICIDADE NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA *PSICOLOGIA & SOCIEDADE*

Neste capítulo, iremos esmiuçar como aparecem as ocorrências do descritor “historicidade” utilizado nesta pesquisa. Analisaremos as possíveis diferentes concepções em que ele poderá ser apresentado nos diferentes trabalhos da revista em que ele foi usado ao longo de seus 29 anos de existência (2015).

A opção pelo descritor historicidade entre o sete descritores pesquisados neste trabalho (histórico; históricos; histórica; históricas; história; histórias e historicidade) se deve, em primeiro lugar, pela necessidade de um recorte específico dentre as inúmeras ocorrências de cada descritor encontradas na fase descritiva de organização, catalogação e mapeamento desta pesquisa. Para a interpretação qualitativa neste trabalho, a análise das ocorrências de um descritor em seus contextos significativos se fez necessária, de forma que permitisse o aprofundamento da interpretação sobre que concepções estão presentes - e se estão - nas publicações que a revista *Psicologia & Sociedade* realizou desde sua fundação.

Em segundo lugar, optamos pelo descritor historicidade pela especificidade dos objetivos desta pesquisa. Pesquisamos sete descritores com radicais parecidos com o intuito de apreender o máximo de referências que se relacionassem com o conceito aqui pesquisado, no entanto, a palavra historicidade em sua dinâmica no processo de construção de sentidos, a partir da análise do conceito de historicidade que adotamos nesta pesquisa, é que se configura no nosso objeto.

Os trabalhos serão apresentados por ordem crescente de ano e número da revista, bem como as ocorrências são trabalhadas na medida em que aparecem nos textos dos trabalhos. Estão listados abaixo os trabalhos que serão analisados nesta fase:

- 1- ALMEIDA, Antonio Ribeiro de; MUCCILLO, Gerson; MELO, Lucy Leal de. Quem é o brasileiro? Uma exploração das características levantadas por Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda. **Psicologia & Sociedade**, Maringá, v. 2, p.43-53, out. 1986;
- 2- TEJERA, Marisa Estela Sanabria. A questão do coletivo. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 6, p.81-90, mar. 1989;
- 3- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia e história: uma relação possível? ou psicologia e história: uma relação necessária. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, p.30-36, set. 1989;
- 4- VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. O saber/agir psicológico. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 9, p.48-60, mar. 1991;
- 5- LOPES, J. R. O sujeito e seus modos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**; 10(2): 53-75; jul./dez.1998;
- 6- NOVO, H. A. A dimensão ético-afetiva das práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 95-104; jul./dez. 1998;

- 7- SAWAIA, B.B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do Sujeito. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 117-136; jul./dez.1998;
- 8- GUARESCHI, N. M. F. Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 12 (1/2): 110-124; jan./dez.2000;
- 9- YAMAMOTO, O. H. A psicologia em movimento: entre o 'Gattopardismo' e o neoliberalismo. **Psicologia & Sociedade**; 12 (112): 221-233; jan./dez.2000;
- 10- GIACÓIA JR., O. Esquecimento, memória e repetição. **Psicologia & Sociedade**; 13 (2): 58-91; jul./dez.2001;
- 11- FOULKES, Benjamín Mayer. El origen de la historiografía: historicidad, escritura y plus-de-goce. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, 2010;
- 12- ZANIANI, Ednéia José Martins; BOARINI, Maria Lúcia. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 272-281, 2011;
- 13- KAHHALE, Edna Maria Peters; ESPER, Elisa Maria Barbosa. Novas possibilidades metodológicas: a quebra dos paradigmas qualitativo e quantitativo em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe 2, 2014.

Todos estes trabalhos possuem pelo menos uma ocorrência da palavra historicidade e estas serão analisadas em seu contexto de significação em cada um dos trabalhos separadamente.

- 1 - ALMEIDA, Antonio Ribeiro de; MUCCILLO, Gerson; MELO, Lucy Leal de. Quem é o brasileiro? Uma exploração das características levantadas por Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda. **Psicologia & Sociedade**, Maringá, v. 2, p.43-53, out. 1986;

Já no primeiro ano da revista (ano 1986, número 2) a palavra “historicidade” aparece, ainda que de forma tímida, visto que há apenas uma ocorrência da mesma em um dos trabalhos publicados na revista. O trabalho em questão se ocupa de esboçar e explorar considerações acerca da identidade do brasileiro em sua condição mesma de nacionalidade, problematizando as possibilidades de resposta a esta pergunta e o lugar do psicólogo social nesta questão.

A palavra “historicidade” aparece no texto de forma a não ser definida diretamente como conceito. No entanto, seu lugar argumentativo não é subestimado, visto que condiciona a possibilidade de se conduzir estudos sobre o – para usar os termos dos autores em questão - “ser do brasileiro”.

Um estudo sobre o brasileiro pode, do nosso ponto de vista, ser conduzido se tem a consciência da sua **historicidade**. Mesmo um estudo dos seus traços descritivos: que, segundo julgamos, permanecem durante longo tempo. E o contexto histórico deste estudo se faz no final do século XX, quando o brasileiro vive sua mais radical crise: tanto ao nível econômico como moral. Apesar de reconhecermos a não existência de uma "substância" que suporte

o "ser do brasileiro", há que ver, entretanto, que se pode perceber uma continuidade entre o brasileiro dos séculos XVIII, XIX e XX. Esta continuidade parece assegurada pelas matrizes culturais, pela língua e pelos símbolos comuns. Cada geração que chega tem a função de prosseguir um processo. Ela agrega muito à história comum, mas aprendeu o passado, integra-o no seu presente para a construção do futuro. (ALMEIDA; MUCCILO; MELO, 1986, p. 44, grifo meu)

A historicidade aparece então como condição epistemológica a ser considerada em estudos sobre a identidade do brasileiro, neste trabalho, ainda que não se faça considerações mais específicas acerca do lugar que essa “historicidade”, não definida diretamente, ocupa e de que forma isso pode e/ou deve ser feito. Acrescenta-se acerca desta condição de historicidade “mesmo num estudo dos seus traços descritivos” que, segundo os autores apresentam perenidade significativa que pode ser verificada temporalmente.

Desta forma, podemos verificar que é estabelecida uma noção de continuidade através do tempo. Há de se considerar ainda que é citado um não-reconhecimento de uma “substância” que garanta caráter absoluto à identidade do brasileiro, mas seu caráter de continuidade através do tempo é assegurado. Podemos questionar então se essa “continuidade através do tempo” se configura então no que se pode chamar de historicidade, neste trabalho, e nos parece louvável que sim. Essa continuidade através do tempo aparece ligada à idéia de processo e assegurada pelas “matrizes culturais, pela língua e pelos símbolos comuns” (Id.), de forma que, por fim, se afirma o processo histórico de forma continuamente interligada em que se aprende “o passado, integra-o no seu presente para a construção do futuro” (Id.).

Observamos que a historicidade é trazida no argumento de forma a condicionar a possibilidade de estudos sobre o brasileiro, ainda que não definida diretamente, o argumento da historicidade aqui condiciona, basicamente, todo o estudo, em vista de este se tratar justamente do que a historicidade condiciona. Seu lugar argumentativo aqui, podemos acrescentar, é forte.

2 - TEJERA, Marisa Estela Sanabria. A questão do coletivo. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 6, p.81-90, mar. 1989

O artigo em questão trata de pensar o que chama de “questão do coletivo” a partir da perspectiva de Alain Badiou . O texto questiona se é possível falar algo sobre isto que se chama coletivo. A autora escolhe falar do coletivo pela via da política:

É possível que fique a questão: porque assimilar o coletivo ao político? Se pensarmos o coletivo desde o espaço da identidade do sujeito, da interação, das vicissitudes da convivência, dos desencontros cotidianos, da marca a

partir do juntar-se, da referência à unidade, à fidelidade partidária, é claro que essa proposta do coletivo dá enquadre a um discurso político, o dos militantes, o que fala em nome da massa operária, o que resgata a dívida social, o discurso do Um. (TEJERA, 1989, p. 85)

A partir de uma relação entre coletivo e político feita, de forma muito precária e pouco sistematizada – característica de todo o texto – é que a autora tenta estabelecer algumas considerações.

A única ocorrência da palavra historicidade presente no texto ocorre no contexto a seguir: “Trata-se de interromper a comunicação, para que o impossível aconteça na sua **historicidade**. É esta possibilidade do impossível o fundamento de toda política que se propaga mais além de uma simples repetição” (Id., p. 84). De fato, as definições claras não são uma característica deste artigo, no caso da historicidade também não é diferente.

Apesar da referência a uma perspectiva teórica determinada que é a perspectiva de Alain Badiou, a historicidade não é definida claramente. No contexto em que a historicidade é apresentada, a autora afirma, citando Badiou, que o fundamento da política é definido pela interrupção do comunicável para então o impossível acontecer. A historicidade aparece dando forma a este impossível do qual a política é condicionada enquanto fundamento. Este impossível só interessa que aconteça em sua historicidade.

Se a abordagem que a autora escolhe para falar da questão coletivo é justamente a política, podemos dizer que a historicidade é trazida como argumento a fundamentar a possibilidade da abordagem escolhida.

3 - ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia e história: uma relação possível? ou psicologia e história: uma relação necessária. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, p.30-36, set. 1989

Neste mesmo ano de 1989, mas no número sete da revista *Psicologia & Sociedade*, encontramos três ocorrências do descritor “historicidade” em um único trabalho, o primeiro que trata da relação entre história e psicologia de forma direta, de forma a apresentar o tema e o descritor “história” no título.

O trabalho se propõe a dissertar sobre a dimensão histórica dos fenômenos psicológicos e descreve duas dimensões da relação entre história e psicologia: uma nos diz sobre a historicidade do fenômeno psicológico e outra sobre os determinantes históricos da psicologia. É justamente na primeira dimensão que aparece a primeira ocorrência do descritor “historicidade” neste trabalho. É interessante como o referido descritor – historicidade –

aparece duas vezes, das três em que há ocorrências, nos títulos dos subtópicos deste trabalho, há apenas uma menção da palavra no texto corrido.

A primeira ocorrência está disposta no título do subtópico: “Duas dimensões da relação entre psicologia e história: da historicidade do fenômeno psicológico aos determinantes históricos da psicologia” (ANTUNES, 1989, p. 30). O texto que segue então logo após:

É preciso que se explicita a diferença entre a maneira como o fluxo do tempo influencia a dimensão psicológica do homem, da maneira como a Psicologia se desenvolve e se transforma no decorrer do tempo. A primeira instância refere-se à compreensão da realidade em si e constitui-se em objeto de estudo da Psicologia. A segunda refere-se à maneira como tal realidade é apreendida pelas diferentes concepções de ciência, e é, de certa forma, uma representação de tal objeto. Em outras palavras, pode-se afirmar que a primeira refere-se à realidade mesma e a segunda à sua representação, sendo ambas produtos históricos, porém diversamente determinadas e guardando cada qual sua autonomia relativa. Entretanto, uma e outra necessitam ser compreendidas também em sua conexão, e é essa tarefa um desafio para os pesquisadores na área, que urge ser empreendida. (Id.).

Ao diferenciar as duas dimensões que descreve acerca da relação entre Psicologia e História, percebemos que a palavra historicidade é substituída e conceituada como a “maneira como o fluxo do tempo influencia” a dimensão psicológica do homem e “histórico” substituído e conceituado como a maneira como, no caso, a Psicologia, se transforma e se desenvolve no decorrer do tempo.

No primeiro caso, como dito na citação acima, a historicidade é colocada num lugar de ontologia em relação com o fenômeno psicológico visto que se refere “à compreensão da realidade em si e constitui-se em objeto de estudo da Psicologia” (Ibid.), já no segundo caso a relação entre história e psicologia é descrita como uma questão tanto epistemológica – como se pode conhecer este objeto - quanto historiográfica – como é descrito conhecimento produzido ao longo do tempo. A historicidade aparece então como um elemento não só importante, mas necessário para o conhecimento psicológico, neste trabalho.

Primeiro, é tratada como objeto da psicologia como ciência, pois, no argumento da autora: “o fluxo do tempo influencia a dimensão psicológica do homem”. Em outras palavras, a dimensão psicológica do homem possui historicidade, onde identificamos aí o argumento da ocorrência do descritor aqui em questão. A historicidade é colocada até no lugar de objeto da psicologia, cabe perguntar, no entanto, o que a autora já antecipa na frase “a maneira como o fluxo do tempo influencia a dimensão psicológica do homem” (Ibid). De que se trata esta maneira? Como nos basta a afirmar que há uma maneira e não discorrer sobre ela?

Na segunda ocorrência, a palavra historicidade aparece também no título de um subtópico, que é o segundo do trabalho em questão: “Da historicidade do fenômeno psicológico”. Nesta parte do texto, permanece o debate acerca da importância da relação entre história e psicologia a partir da primeira dimensão, esta que disserta acerca da historicidade do fenômeno psicológico e nos diz:

A compreensão histórica do fenômeno psicológico humano é justamente a compreensão de suas transformações, ocorridas no fluxo do tempo, através das relações de mediação entre seus múltiplos fatores e que dão a dinâmica da realidade psicológica. Em outras palavras, a dimensão histórica não pode ser apreendida isoladamente, é ela antes a possibilidade de captar a dinâmica do movimento produzido pelas relações entre as várias determinações que se fazem presente na psicologia humana. (Ibid., p. 31)

A historicidade é definida pelo autor como o elemento que traz e apreende as transformações do fenômeno psicológico, e apesar de não poder ser apreendida isoladamente, é ela que capta, neste trabalho, a conexão entre as outras dimensões que configuram a psicologia.

Podemos observar o lugar que o argumento da historicidade, trazida como “dimensão histórica”, ocupa ao não “ser apreendida isoladamente”, pois aparece como fio condutor das “varias determinações que se fazem presente na psicologia humana”. Podemos inferir um lugar epistemológico importante dado à historicidade como elemento de conversa entre estas diferentes determinações, indício interessante da discussão acerca de como a psicologia, como ciência independente, elabora seu objeto em se relaciona com áreas diversas.

Na terceira e última ocorrência deste trabalho que também é a desta edição da revista, a historicidade aparece no texto:

Dessa maneira, a compreensão de um aspecto da realidade humana - no caso o psicológico - implica na intelecção das relações travadas no interior de sua totalidade, sem o quê, corre-se o risco de ao isolar-se um aspecto, abstraí-lo da realidade concreta e assim distanciar-se do homem real, finalidade última do conhecimento que se busca. Assim, compreender a dimensão psicológica humana implica em ultrapassar os limites do meramente psicológico. É nesse contexto que se situa a preocupação com a busca da **historicidade** do fenômeno psicológico. (Ibid., grifo meu)

A historicidade é trazida no argumento de que sem este aspecto se cometeria erro de se isolar ou abstrair de uma realidade concreta e de um homem real a que se tem o objetivo de alcançar com a produção do conhecimento, o aspecto psicológico por si só, neste sentido, não pode ser sustentado sozinho, se faz necessário o recurso à historicidade, visto que, argumenta o autor:

A Psicologia é em última instância uma representação do fenômeno psicológico; [...] Disso decorre a necessidade de compreensão da Psicologia na sua dimensão histórica, como instrumento para se compreender a maneira como o fenômeno psicológico tornou-se objeto de conhecimento e principalmente as transformações que tal saber sofreu no decorrer do tempo. (Ibid., p. 32)

Ainda que, neste trabalho, o autor ressalte de diferentes formas e dimensões a importância da relação entre psicologia e história de forma a trazer a historicidade como elemento primordial para se compreender e analisar o fenômeno psicológico, não há um debate acerca de que maneira essa historicidade como dimensão do psicológico pode ser abordada pela psicologia de forma direta e específica, no entanto, o argumento que o trabalho traz é caracterizado pela importância de se afirmar a historicidade como argumento.

4 - VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. O saber/agir psicológico. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 9, p.48-60, mar. 1991

Nesta edição da revista que abrange os anos de 1990 e 1991, encontramos apenas uma ocorrência da palavra historicidade, que aparece no texto “O saber/agir psicológico”, de Maria Lúcia Vieira Violante. O texto discute e critica as posturas epistemológicas, éticas e políticas dos psicólogos e da Psicologia como conhecimento.

É enfatizado o desconhecimento da ciência psicológica em relação à realidade brasileira em termos de populações, instituições e dinâmica social em razão da adoção de modelos teóricos abstratos nos seus mais diversos aspectos, bem como critica a classe dos psicólogos pela postura apresentada frente a essa diversidade de abstrações teóricas (re)produzidas pelos mesmos.

No texto, a autora nos fala da importância de se considerar um sujeito “determinado sócio-historicamente”, mas acrescenta que este aspecto por si só não é suficiente para a atuação plena do psicólogo, de forma a recorrer à psicanálise citando Freud, Lacan e Castoriadis como recurso teórico para realizar esta tarefa.

A palavra historicidade não é conceituada no contexto em que aparece, mas é apresentada como um conceito numa teoria específica que é o marxismo. Vejamos:

Sem recorrer à teoria revolucionária de Marx sobre a **historicidade** da sociedade capitalista, a sensibilidade e o interesse social de Freud, que poucos reconhecem, por diferentes conveniências, e muitos ignoram, o conduz a duas afirmações magníficas. (VIOLANTE, 1991, p.54, grifo meu).

Não faz parte da discussão deste trabalho discorrer acerca de uma concepção específica de historicidade, mas a ocorrência da palavra no texto fala de uma conceituação específica que é a marxista.

Ao falar sobre a contribuição da teoria freudiana para o saber/agir psicológico, a autora cita a historicidade como um conceito específico da teoria marxista, ainda que não o defina no texto. A palavra aparece como recurso argumentativo, onde não é um conceito discorrido, apenas para se apresentar uma outra teoria, a de Freud. De forma que uma é comparada à outra e a citação da historicidade na teoria marxista é realizada numa insinuação de que é um caminho obrigatório a se passar quando se fala sobre o tema. Outros conceitos específicos da teoria marxista são citados no decorrer do texto, como “alienação”, no entanto o autor citado é Castoriadis.

Essa mútua influência aparece de forma muito direta nas publicações da revista da Associação Brasileira de Psicologia Social desde o início da revista. Lacerda Jr (2015) nos diz o quanto essa dupla influência tem lugar específico na história da psicologia social e em especial, na da psicologia social brasileira de forma que os primeiros trabalhos da psicologia social crítica no Brasil têm grande inspiração destas teorias por influência tanto da psicologia crítica européia, como as ideias de Lapassade e psicanalistas argentinos.

O lugar argumentativo da historicidade aqui aparece no contexto significativo de forma a caracterizar que, pela construção da frase, “a historicidade da sociedade capitalista” é equiparável à “sensibilidade e o interesse social” de Freud que, é enfatizado em sua importância argumentativa pelo fato de que “poucos reconhecem” e “muitos ignoram” (VIOLANTE, 1991, p.54). A historicidade aqui, em particular uma historicidade atrelada ao projeto marxista, é trazida em meio ao argumento de caracterização de um aspecto importante a que deve passar qualquer perspectiva: sensibilidade e interesse social. Ainda que perpassasse sistemas teóricos diferentes, no caso do argumento da autora o de Freud, a historicidade é então lugar obrigatório a ser considerado em qualquer sistema teórico escolhido.

5 - LOPES, J. R. O sujeito e seus modos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**; 10(2): 53-75; jul./dez.1998

Antes de analisarmos de forma específica as ocorrências deste trabalho, é importante atentar para o hiato que há entre a ocorrência da palavra historicidade na edição da revista de 1990/91 e esta edição de 1998 acompanha um hiato nas edições da revista que aconteceu entre

as edições 1992 e a de 1996. No entanto, o hiato entre as ocorrências é maior que o da revista e se dá entre 1991 e 1998.

Apesar disto, há cinco ocorrências da palavra historicidade nesta edição, sendo estas distribuídas entre três trabalhos diferentes: "O sujeito e seus modos de subjetivação" (LOPES, 1998, pp. 53-75); "A dimensão ético-afetiva das práticas sociais" (NOVO, 1998, pp. 95-104) e "A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito" (SAWAIA, 1998, pp. 117-138). Como com os outros trabalhos, analisamos cada trabalho e suas ocorrências separadamente.

No primeiro trabalho, a palavra historicidade aparece três vezes, sendo duas nas referências e uma no texto corrido. Este artigo discorre de forma extensa acerca de três concepções tomadas como registros da consciência humana, suas diferenças e conformações que são: o indivíduo, a pessoa e o sujeito, sendo este último o centro das elaborações deste trabalho em que representa a criação de projetos de contra-hegemonia e sua conformação se reorganiza a partir das relações dialéticas entre sujeito e estrutura social.

O contexto em que a palavra historicidade aparece não traz uma definição para a mesma e se dá num subtópico acerca da linguagem e processos em curso deste trabalho. É este:

Uma vez que a linguagem é uma instituição e, como tal, possui caráter socializador (Berger, 1987), a dimensão costumeiramente denominada de linguagem erudita, ou formal, tem como princípio ordenar os significados produzidos nas experiências culturais, no interior de uma estrutura social determinada. Constitui-se assim objetiva, exterior e coercitivamente como padrão social, possuindo **historicidade** e atribuindo autoridade (legitimidade) ao seu uso, implicando normas e proibições, mas estando sujeita a transgressões, como qualquer norma. (LOPES, 1998, p. 71, grifo meu)

Neste caso, a historicidade aparece como uma característica independente que a linguagem possui, mas que não é definida nem trabalhada na única vez em que o termo aparece no texto corrido. No entanto há referências no texto sobre uma experiência subjetiva e social com o tempo, como podemos definir de maneira genérica a historicidade a despeito das diversas configurações em que esta experiência pode ser estabelecida em sistemas teóricos e/ou culturais diferentes.

Podemos observar estas referências em:

Repensar a concepção de sujeito na contemporaneidade implica, primeiramente e sempre, uma reflexão que gera um movimento com dois pressupostos: o sujeito e o tempo - com sua implicação conseqüente de se

pensar um espaço, um lugar, um contexto, um locus para esse movimento. (Id., p. 53).

Bem como em:

Embora as três concepções aqui em análise possam ser pensadas como registros ou figuras da consciência humana, suas relações com o tempo são divergentes: enquanto as concepções de pessoa e de indivíduo se relacionam com o passado, sendo seu caráter explicativo quase sempre associado à sua gênese, a concepção de sujeito, ao ser pensada na dimensão da práxis, e inserida no pensamento crítico sobre o mundo capitalista, é uma concepção que se reelabora em todos os momentos históricos onde a crítica sobre o mundo capitalista constata a necessidade de um redirecionamento da práxis. (Ibid., p. 54)

Essas referências nos dizem sobre uma importância argumentativa da elaboração sobre a experiência social e subjetiva com o tempo, ou seja historicidade, nas elaborações deste trabalho, visto que para se pensar o objetivo principal de discussão do mesmo é necessário, segundo o autor, passar pela discussão do sujeito em relação com o tempo, mesmo com o conceito não aparecendo como tal. Isto nos faz questionar em que conformações de sentido parece ser coerente o emprego da palavra historicidade, bem como a necessidade de sua definição clara nestas conformações mesmas.

A historicidade aqui é tomada como argumento a caracterizar a linguagem e esta, no contexto significativo em que é apresentada, ocupa um lugar importante de caracterização pela necessidade de sua utilização, ainda que não definida diretamente. Mas o que chama a atenção neste trabalho, atenta para como a dimensão histórico-social e política trazida para a psicologia social que, no nosso argumento, está expressa na palavra-conceito historicidade em suas ocorrências nos textos analisados, neste caso, não se dá desta forma. Esta característica, ainda que específica deste trabalho, demonstra um elemento importante: além das possibilidades argumentativas da historicidade como palavra-conceito e, por isso, como descritor, traz também as limitações deste na sua força argumentativa.

6 - NOVO, H. A. A dimensão ético-afetiva das práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 95-104; jul./dez. 1998

Ainda nesta edição de 1998, temos uma ocorrência da palavra historicidade em outro trabalho, é este: “A dimensão ético-afetiva das práticas sociais: algumas reflexões sobre a produção do conhecimento em psicologia”, de Helerina Aparecida Novo.

Este trabalho trata acerca da relação entre a produção do conhecimento em Psicologia e as práticas promovidas através dessa produção, pensa esta relação a partir de uma

indissociabilidade entre teoria e prática, questiona a naturalização de objetos a partir de uma diferenciação baseada no trabalho de Sawaia acerca de prática e práxis. Esta última resguarda um papel de se orientar a partir do efeito ético que produz como intervenção e interpretação do/no mundo.

A palavra historicidade aqui aparece apenas uma vez, mas não sozinha, ela é acrescida do prefixo “a”: a-historicidade. Aparece num contexto argumentativo em que, ainda citando Sawaia, a autora faz referência às críticas que tomaram forma a partir da “crise da Psicologia” em que as perspectivas mais ligadas aos parâmetros positivistas de produção de ciência são criticados:

Reportando-se aos movimentos contestatórios da década de 60, especificamente no terreno da Psicologia, Sawaia (1994) faz uma reflexão sobre os descaminhos tomados por aqueles que propuseram uma revisão epistemológica da área, à luz dos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Justamente aqueles que trouxeram a crítica da neutralidade do conhecimento, questionaram a **a-historicidade** dos fenômenos humanos, apontaram a mediação das relações de poder na produção do saber, acabaram por "reificar o homem e a sociedade em categorias generalizantes que se bastavam a si mesmas, anulando a necessidade de pesquisas. (NOVO, 1998, p. 96, grifo meu)

O descritor é citado em referência a uma época específica em que a historicidade aparece como elemento intrínseco a ser considerado no fazer científico, de forma que indícios da ausência de preocupação com o referido quesito suscita críticas éticas e teóricas. Em particular, críticas baseadas no materialismo-dialético, como na citação. No entanto a crítica que, entre outros aspectos, colocava a historicidade como elemento primordial, não é vista como o suficiente para a plenitude de práticas mais preocupadas ético-valorativamente, como defende o trabalho citado, e acabaram por contribuir para categorias generalizantes igualmente problemáticas.

Neste trabalho podemos perceber como a historicidade é colocada num lugar de importância primordial nas críticas elaboradas pela Psicologia Social Crítica, ainda que tenha sido citada certa abordagem teórica num tempo específico também. De forma direta, a historicidade é trazida como argumento a caracterizar, quase obrigatoriamente, a abordagem aos fenômenos psicológicos.

A historicidade também nos aparece como um termo generalizante que, sem a devida consideração de seus sentidos dispostos, pode ser apresentada de forma a indicar bastar a si mesma no contexto significativo em que é apresentada.

A palavra é viva, ressignificada no decorrer de seu uso ao longo do tempo trazendo consigo a história de formas diferentes de interpretação do real. Cabe-nos negociar qual o

propósito significativo de seu uso determinado quando, no uso da palavra como ato, ela é conceituada. No caso da historicidade, nos faz indagar qual o propósito significativo de seu uso pouco conceituado e, por isso, não posto à negociação.

7 - SAWAIA, B.B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do Sujeito. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 117-136; jul./dez.1998

O artigo em questão trata da questão ética e epistemológica da Psicologia Social fazendo questionamentos acerca de como a Psicologia social tem produzido conhecimento e como tem pensado sobre este, se produz a partir de efeitos emancipadores e se se coloca a partir disso.

Escolhe fazer estes apontamentos a partir da categoria de sujeito por afirmar uma indagação ética e ontológica, em que, a concepção subentendida de sujeito pertencente a determinado pressuposto teórico, resguarda. Argumenta que o sujeito aparece como uma boa categoria de análise ética pela primazia do lugar que adquire na contemporaneidade num projeto ético-libertador requerido como recurso à desilusão para com a epistemologia característico do final do século XX. (SAWAIA, 1998, p. 118). Por fim caracteriza a categoria sujeito como um paradoxo científico que tem grandes proporções dentro da Psicologia Social em perspectivas de ciência diferentes que se desencontram a partir da negação do lugar do sujeito no fazer científico (Id., p. 120).

Para trazer contribuições aos apontamentos acerca do lugar ético na produção do conhecimento em geral e na Psicologia, a autora opta por trazer a filosofia espinosiana e argumenta sua escolha: “escolhi o pensamento crítico-constitutivo de Espinosa, que resgata a unicidade na multiplicidade e a passagem da fisicidade à eticidade no ser como potência e ética de constituição, escapando, tanto de solipsismos, quanto de determinismos.” (Ibid., p.122).

Neste trabalho, ainda da edição de 1998 da revista em análise nesta pesquisa – *Psicologia & Sociedade* -, temos a última ocorrência da palavra historicidade na edição em questão que são cinco. O contexto argumentativo em que aparece a ocorrência da palavra historicidade se dá ao falar do pensamento de Espinosa, citando Marilena Chauí, de forma a ressaltar a contribuição do filósofo para alguns paradoxos das ciências humanas:

Espinosa é o filósofo da liberdade, conforme ressalta Chauí. Seu pensamento abre a possibilidade à ciência de se exercer como máquina de libertação do homem e também das ciências humanas, na medida em que supera as teorias únicas, reunindo idéias que se excluem reciprocamente na história do

conhecimento: a de necessidade (das leis da natureza), a da liberdade (da essencialidade) e da força coletiva das massas (da **historicidade**). (Ibid., p. 128, grifo meu).

O subtópico do artigo em que se situa a ocorrência é justamente o que se propõe a discutir como a teoria espinosiana pode contribuir para os questionamentos da psicologia social, cujo título é “Espinosa e a Psicologia Social Crítica”. A palavra “historicidade” aparece entre parênteses de forma a caracterizar uma relação conceitual entre o que é seguido anteriormente ao parêntese no texto. De forma a definir historicidade como “força coletiva das massas”. Não é trazido um conceito mais claro sobre esta definição, nem em que contexto teórico da história do conhecimento, como é citado no texto, este conceito se situa. Podemos compreender como a palavra é citada sem referência teórica clara no texto, como verbete de significado compartilhado a priori.

Apesar da não definição clara e direta, a palavra é citada entre parênteses depois de citado um dos aspectos importantes de constituição da escolha teórica feita no trabalho em análise, de forma a caracterizar uma síntese enfática do que segue no contexto da frase. A historicidade é trazida então como argumento.

8 - GUARESCHI, N. M. F. Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 12 (1/2): 110-124; jan./dez.2000

Depois da edição de 1998, apenas na edição de 2000 a palavra historicidade volta a aparecer nos trabalhos da revista *Psicologia & Sociedade*, pulando duas outras edições sem ocorrências. Nesta edição há duas ocorrências em trabalhos diferentes, uma em “Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a Psicologia Social” de Neuza Maria de Fátima Guareschi e “A psicologia em movimento: entre o 'Gattopardismo' e o neoliberalismo” de Yamamoto.

O primeiro trabalho trata de políticas de identidade, um conceito que a autora define como:

[...] um modo de compreender ações coletivas e individualizadas de uma forma que não marginalize as experiências de vida das pessoas oprimidas, ou excluídas da sociedade pelo fato de buscarem reconhecer alguma identidade cultural e social que seja diferenciada das dominantes. As políticas de identidade procuram, então, compreender a complexidade e as contradições da subjetividade humana. (GUARESCHI, 2000, p. 111)

A autora argumenta que há transformações nas relações sociais que têm trazido o debate acerca da construção da identidade como importante. Cita mudanças como a

globalização, novas tecnologias da informação, crise nas instituições que foram reconfigurando a forma como as pessoas se constituem e são constituídas. A importância de se pensar a categoria identidade é enfatizada no campo da psicologia e, em particular, no da psicologia social neste artigo que afirma este objeto como sendo alvo de estudos nas últimas três décadas na área. (Id., p. 110-11).

Para falar de diferentes teorias e como estas abordam a questão temática do artigo, a autora divide o trabalho em três partes: a) definição do conceito de política de identidade; b) história e desenvolvimento do conceito de políticas de identidade; c) discutindo políticas de identidade e a psicologia social.

A autora cita várias teorias e abordagens diferentes ao longo do texto nestes três tópicos e traz aspectos da teoria de cada um para discutir o que é chamado de política de identidade, no primeiro: cita Castoriadis para falar de uma essência criadora em se reinventar como outras formas de ser; Giroux para falar de resistência; Stuart Hall sobre teorias de articulação; Laclau e Mouffe sobre identidades não-fixas e sintetiza:

[...] a "prática da articulação" como "a construção de pontos nodais que fixam parcialmente os significados" é uma tentativa de conter o fluxo das diferenças, de construir. É o que Teresa de Laurentis (1990) menciona como sendo a história da teoria feminista, isto é, a história de uma série de práticas de articulações (p. 269). Assim, é o significado de articulação que emerge das obras de Hall (1996) e Laclau e Mouffe (1985) que oferece um modo de compreender a concepção de Políticas de Identidade. Portanto, o tema das Políticas de Identidade sempre envolve uma mistura complexa de interação, em variadas proporções, entre discurso e ideologia. A principal razão por que as questões acerca de ideologia e discurso são centrais na discussão das Políticas de Identidade, identidade de gênero, identidade racial, ou identidade sexual, é que os tópicos teóricos suscitados a partir desses conceitos possam contribuir para as interações relacionais entre políticas de identidade e o debate atual na psicologia social. (Ibid., p. 114).

É neste primeiro tópico que aparece a única ocorrência da palavra historicidade no texto:

Castoriadis (1992) fala ainda da reflexão e da deliberação como criações que podem alterar as leis do próprio ser. Esta alteração não se dá por decreto, senão pelo questionamento radical e rigoroso de representações e **historicidades** de leis e de outras ações e criações humanas, a partir da questão da validade de júri, isto é, de direito, não de fato. Aponta, ainda, a exigência da validade de direito como raciocínio filosófico que deve ser validado, de forma reflexiva e deliberada, pela coletividade. (Ibid., p. 112, grifo meu)

A autora cita Castoriadis neste trecho e se refere a conceitos dele quando traz a ocorrência do descritor historicidade. É a única ocorrência em todas as edições da revista em que a palavra aparece no plural. Não é definida ou referida em nenhum outro momento do

texto e é apresentada, bem como outros conceitos de uma diversidade de teorias, de forma pouco debatida em profundidade.

O trecho em que a ocorrência aparece é um contexto em que a autora traz a teoria de Castoriadis acerca do é chamado de “alteração das leis do ser” para fundamentar o posicionamento adotado por ela como perspectiva de sujeito para então discorrer sobre o tema do artigo em geral, vejamos:

[...] o sujeito neste texto é um sujeito concreto, inserido numa realidade sócio-histórica, capaz de viver a consciência histórica, tendo o cotidiano como seu espaço vital, locus de convivência contraditória de determinantes estruturais e acontecimentos experienciados, de resistência e de reprodução. A consciência desse sujeito, assim contextualizado, emerge neste processo não como substância acabada, senão como síntese processual, histórica, inacabada, resultado da interação do sujeito com as múltiplas relações sociais que estabelece com seus pares e com os mais diversos quadros da realidade. O pensamento crítico, nesta perspectiva, remete à ação do sujeito e depende do grau de autonomia e de iniciativa que ele alcança nas diversas relações sociais. Este pensamento crítico somente se constrói quando o sujeito desencadeia processos reflexivos, tomando as práticas cotidianas como eixo central. (Ibid.)

A partir da caracterização da perspectiva de sujeito que a autora adota neste artigo - um sujeito da consciência histórica e inacabada -, ela explica como se pode desenvolver processos reflexivos para a construção de um pensamento crítico. É aí, neste contexto argumentativo, que a autora traz a perspectiva de Castoriadis sobre “alterações das leis do ser”. No argumento em que está inserida, a palavra ocupa um lugar no processo chamado “alteração das leis do próprio ser” que se dá apenas pelo questionamento das representações e historicidades destas.

A palavra historicidade caracteriza “leis”, no trecho em que a ocorrência aparece, e segue a sua concordância no plural, a nos dizer da característica de existirem diversas historicidades. A perspectiva de Castoriadis na qual se insere a ocorrência da palavra historicidade é trazida para ratificar a perspectiva de construção de sujeito da abordagem adotada no texto. Podemos dizer então que, apesar de ser citada num contexto de referência à outra teoria em que a palavra historicidade possui sentido específico, ela tem um lugar argumentativo na fundamentação da perspectiva da autora que a cita.

9 - YAMAMOTO, O. H. A psicologia em movimento: entre o 'Gattopardismo' e o neoliberalismo. **Psicologia & Sociedade**; 12 (112): 221-233; jan./dez.2000

Já o trabalho de Yamamoto (2000) se propõe a fazer reflexões acerca da profissão do psicólogo, desde sua regulamentação até mudanças e conformações no perfil profissional de

atuação. As análises neste artigo, acerca do panorama discutido pelo autor, são realizadas a partir do conceito de autonomia. A partir deste, o autor critica a situação atual da profissão ao identificar a atuação clínica como uma tendência no exercício profissional, em vista da quantidade significativamente maior de atuantes nesta área em detrimento de outras.

No diagnóstico da profissão construído neste trabalho está também as mudanças eminentes de como se comporta no mercado a profissão de psicólogo, como por exemplo, o aumento da atuação em políticas públicas e o trabalho assalariado, ainda que a atuação como profissional liberal seja muito grande. (YAMAMOTO, 2000, p. 226). Essas considerações foram feitas a partir de dados estatísticos do cadastramento de profissionais do Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (São Paulo, Mato grosso e Mato Grosso do Sul) e de um mapeamento realizado com todos os profissionais no/do Rio Grande do Norte.

O autor argumenta o esforço do Conselho Federal de Psicologia em construir alternativas teórico-metodológicas em relação ao que denomina de tendência da profissão que segue uma linha privatista, clínica e individualizante, no entanto cita Bock para acrescentar que:

[...] a opção destas em privilegiar a inserção do psicólogo nas redes públicas de saúde e de educação, deixa "grande parte da categoria de fora de suas lutas e reivindicações", que mantém "concepções abstratas (de homem), carregadas da noção de natureza humana", repondo a autodeterminação positivista, e sustentando uma prática profissional eminentemente técnica, sem finalidades sociais ou políticas. (Id., p. 225)

O autor fala de um lugar estritamente técnico de atuação do psicólogo e enfatiza mudanças na direção de finalidades sociais e políticas. Sua argumentação segue na direção desta crítica que diz sobre mudanças em aspectos da atuação profissional do psicólogo apenas secundárias, o que o autor vai trabalhar ao trazer o conceito de “gattopardismo” para definir este fenômeno:

Trata-se de uma referência ao livro "Il Gattopardo", de Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Abordando a decadência da aristocracia e a emergência da burguesia, em meio ao processo de unificação italiana, uma das lições políticas que o príncipe Don Fabrizio da Sicília repete é que algo deve mudar, se não se quer mudar nada. O gattopardismo foi aqui, então, empregado para expressar a hipótese de que a psicologia muda em aspectos secundários, mantendo intacto o núcleo central. (Ibid., p. 227).

O neoliberalismo também é citado como elemento a ser considerado na análise do autor acerca da profissão que, ao determinar a agenda das políticas públicas também consta no jogo de determinações do fazer do psicólogo que vem se inserindo neste campo. O autor

afirma que as características neoliberais de estabelecimento do mercado como instância mediadora fundamental e a idéia do estado minimalista reduzem a assistência no setor social.

Dessa forma, a ideologia neoliberal e o gattopardismo são elementos a serem combatidos na linha argumentativa crítica do artigo em questão. Como solução à crítica apresentada o autor traz o conceito de autonomia que é definido como:

A autonomia de uma profissão pode ser discutida segundo duas perspectivas: uma técnica, associada ao controle do conteúdo ou conhecimento, enfim, da base técnica, e a sócio-econômica e/ou política, ou seja, a capacidade organizativa da profissão e a sua relação com o Estado. É importante ressaltar que autonomia, no sentido aqui empregado, significando "capacidade de avaliar e controlar o desenvolvimento do trabalho" constitui-se em uma categoria necessariamente dinâmica, dependente da correlação das forças em jogo historicamente postas. (Ibid., p. 220)

A solução é apontada da seguinte forma:

Para superar o "gattopardismo" é fundamental que a psicologia amplie sua base técnica para dar suporte às novas modalidades de ação; para aumentar as probabilidades de estabelecimento enquanto uma profissão socialmente significativa no campo do bem estar, é necessário transpor os limites da ação profissional e da ética do indivíduo para a ação política e coletiva, na direção apontada pelas entidades representativas da categoria, no combate à ideologia e à agenda neoliberais. (Ibid., p. 230).

Neste sentido, o conceito de autonomia é considerado como elemento resolutivo na análise escolhida aos problemas encontrados na atuação da profissão de psicólogo do artigo em questão. Tanto no que se refere a sua base técnica, ou seja, seu escopo teórico-metodológico de atuação e o que lhe diz respeito enquanto especificidade de exercício, quanto no sentido de capacidade organizativa de se constituir como profissão capaz de articular em interesse próprio e coletivo em relação ao Estado. Ambos os aspectos enfatizados pelo autor – base técnica e capacidade organizativa - estão presentes no conceito de autonomia adotado.

Esse contexto, em que o autor traz como solução e perspectiva de análise o conceito de autonomia, nos é pertinente porque é, ao falar da escolha desta opção de análise do fenômeno, que aparece a ocorrência da palavra “historicidade” no seu texto.

Apesar de ser a única ocorrência, a historicidade aparece como elemento importante a constituir a análise escolhida, vejamos:

É Freidson que, evitando as tipologias e caminhando na direção de uma abordagem que leve em conta a **historicidade** do processo de profissionalização, propõe a centralidade da categoria de autonomia. Autonomia é aqui entendida como a capacidade de uma ocupação, pelo seu

lugar na divisão social do trabalho, adquirir o controle sobre a determinação da essência do próprio trabalho. (Ibid., p. 222)

Associada com o conceito de autonomia que ocupa lugar central na perspectiva da análise do autor, a historicidade é tida como elemento primordial nesta escolha, apesar de não definida diretamente, bem como não associada a um sistema teórico específico.

O autor cita Freidson como abordagem interessante para análise do processo de profissionalização com o conceito de autonomia, faz também, ao citar esta como abordagem interessante, uma comparação indireta com – podemos supor – abordagens que ele denomina como tipologias, estas, por sua vez ele argumenta que sejam evitadas embora não o faça em tom imperativo.

A comparação que o autor faz é usada como elemento argumentativo de justificativa da escolha da abordagem usada em seu texto e é construída da seguinte forma: 1) uma abordagem que evite topologias e 2) uma abordagem que leve em consideração a historicidade. Logo, a escolha se dá pelo conceito de autonomia de Freidson. Fica claro, portanto, que a historicidade se apresenta como elemento primordial de análise em sua escolha interpretativa.

10 - GIACÓIA JR., O. Esquecimento, memória e repetição. **Psicologia & Sociedade**; 13 (2): 58-91; jul./dez.2001

Este trabalho se ocupa de comparar aspectos da teoria nietszcheniana acerca da genealogia da moral com a metapsicologia freudiana. Para isso, faz pontuações acerca do lugar outorgado à consciência, um lugar de certeza indelével e unidade clara que ambas as teorias desconstruem a partir de uma discussão, segundo o artigo, acerca da consciência moral, de forma que:

Isso significa que tanto Freud quanto Nietzsche podem ser considerados como pensadores que implodem a noção substancial de subjetividade, identificada com a unidade da consciência: esta, elemento nuclear da metafísica da subjetividade, aparece então como uma ilusão superficial do sistema psíquico, inteiramente impregnada de **historicidade**, atravessada e comandada pela economia e dinâmica inconsciente das pulsões. (GIACÓIA, 2001, p. 59)

A citação acima é o contexto em que o artigo apresenta a única ocorrência da edição de 2001 do descritor historicidade. Aqui, historicidade não é definida claramente, aparece como referência à subjetividade, identificada com a consciência, esta que é criticada por ambas as teorias em discussão no artigo. A consciência aqui é caracterizada como uma “ilusão

superficial do sistema psíquico”, onde é acrescentada ainda a caracterização de “impregnada de historicidade”.

Num contexto de crítica à consciência como aspecto definidor do eu, a caracterização desta relacionada à historicidade pode ser compreendida como quesito que suscita crítica a esta última também na medida em que é dita como elemento daquilo que é adjetivado como ilusório. Podemos caracterizar, portanto, o contexto da ocorrência do descritor “historicidade” como um contexto de crítica, ainda que indireta quando se trata deste elemento em específico.

No artigo em questão aqui, se não se critica diretamente, também não se ressalta a “historicidade” como elemento importante e constituinte a priori na análise dos processos psicossociais e/ou psicológicos, bem como quaisquer outros processos.

Cabe, no entanto, questionar que perspectiva de historicidade que se fala ali, visto que não é definida claramente, tampouco vinculada a algum sistema teórico específico, apesar da clara referência a uma relação com o conceito de consciência.

De forma geral, a historicidade é trazida como argumento, mas não em favor de um objeto ou abordagem que, por necessidade via de regra, deve levar em consideração este aspecto ao ser escolhido. Esse contexto difere de outras ocorrências, neste sentido. A historicidade aqui ainda é tida como necessária ao argumento, mesmo que não definida diretamente, mas não mais para enfatizar certo aspecto positivo característico de uma epistemologia adotada no artigo, mas para trazer ao aspecto criticado um elemento que o constitui. A historicidade ocupa, portanto, um lugar argumentativo negativo, neste trabalho.

11 - FOULKES, Benjamín Mayer. El origen de la historiografía: historicidad, escritura y plus-de-goce. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, 2010

Consideramos nas análises desta pesquisa de mestrado este trabalho, mesmo publicado em outra língua, em vista de se relacionar diretamente aos objetivos desta pesquisa e caber no critério escolhido para entrar na análise: ser pescado pela ocorrência do descritor “historicidade”. O descritor não aparece na sua forma plena em vista de aparecer em outra língua cuja versão é: “*historicidad*”. Como analisamos os sentidos diferentes em que a palavra-conceito, expressa no descritor, aparece nas publicações, o radical da palavra, como aparece no caso deste trabalho em análise, condiz com o significado escolhido como parâmetro. Logo, consideraremos as ocorrências da palavra “*historicidad*”.

Este é, não só o trabalho com mais ocorrências da palavra historicidade já publicado na revista *Psicologia & Sociedade*, como o é de forma demasiada: há 57 ocorrências distribuídas em 8 laudas enquanto todos os outros trabalhos analisados têm um ou duas ocorrências em geral. O trabalho, diferente do que como pudemos observar em outros (ANTUNES, 1989; VIOLANTE, 1991; LOPES, 1998; NOVO, 1998; SAWAIA, 1998), não parte de uma discussão própria da psicologia para fazer uma interlocução direta com o elemento historicidade (diretamente ou não). Este teve por objetivo definir historicidade, discorrer como este elemento pode ser abordado pela historiografia e como se relaciona com a história. Com este objetivo, o autor faz uma relação da historicidade com conceitos da psicanálise lacaniana (mais-de-gozar) e a desconstrução de Derrida (escritura). Isto para situar o lugar da historicidade como condição inerente a qualquer objeto, pois na medida em que é, não se encontra presente a si mesmo imediatamente, de forma a possibilitar o movimento histórico, assim se tornando efeito da historicidade.

Expressa na característica de partir de um debate da historiografia para relacionar com a teoria lacaniana - que fundamenta uma perspectiva de abordagem psicológica - e a teoria desconstrutiva de Derrida, a historicidade aqui é tomada, em primeiro plano não como argumento, mas como objeto.

A primeira ocorrência aparece na seguinte pergunta: “Cómo situar cada una respecto a la historicidad, entendida como su común condición de posibilidad?” (FOULKES, 2001, p. 43). Nesta indagação, o autor se refere à historicidade como condição de possibilidade da história e da historiografia ambas citadas anteriormente; no contexto em que a indagação se situa o autor apresenta a que este artigo se propõe:

¿Cómo pensar la diferencia entre la historia y la historiografía? ¿Cómo arribar a su distinción y en qué términos articularla? ¿Cuál es el objeto de estudio de la historiografía? ¿Cómo ubicar recíprocamente la historia y la historiografía? ¿Cuál vendría lógica, e históricamente antes que la otra? ¿Cómo situar cada una respecto a la **historicidad**, entendida como su común condición de posibilidad? ¿Qué directrices desprender de nuestra tentativa de respuesta a estas interrogantes para las labores del historiógrafo y del historiador? ¿Cómo dar cuenta de la relación entre las labores del historiógrafo, el desconstructor y el psicoanalista? (FOULKES, 2001, p. 43, grifo meu).

Estas questões, como cita o autor, vão direcionar a sua linha argumentativa neste artigo e já nos dá algumas pistas da perspectiva de historicidade que é adotada e que sistemas teóricos são relacionadas para o seu propósito argumentativo de comparação do trabalho do historiógrafo, do desconstrutor e do psicanalista.

O autor situa então a primeira das questões a que se propõe e diferencia história e historiografia de forma que esta última: “(...) lejos de venir después de la historia, la historiografía tiene lugar a la vez que ésta, si no es que estrictamente antes, como su condición de posibilidad”. A historiografia, tida como condição de possibilidade da história, se ocupa, por sua vez, da historicidade. E é no contexto de definição desta mesma que aparecem mais nove ocorrências da palavra. Historicidade é definida neste artigo, primordialmente, como um paradoxo: “el movimiento que posibilita e imposibilita toda historia”.

É a partir deste paradoxo que se segue a definição de historicidade: a partir da impossibilidade do presente coincidir plenamente consigo mesmo. Esta coincidência se configuraria pela a-historicidade propriamente dita. Desta forma, a historicidade, segundo o autor, possibilita a história. No entanto, pelo mesmo motivo, nenhuma história pode saturar a historicidade o que impossibilita a história de se positivar. Vejamos:

El movimiento de la **historicidad** es un efecto de la imposibilidad misma del presente y la presencia: se trata de un deslizamiento radicalmente irregular consecuencia del hecho de que ningún presente puede jamás coincidir plenamente consigo, estar plenamente presente a sí. Si todo presente es, de antemano, devenir de, y hacia otros presentes, la coincidencia consigo de la presencia y los presentes no es sino lo ahistórico mismo. Paradójicamente entonces, si bien la **historicidad** es aquello que posibilita toda historia (la articulación anhelante de la aprehensión de un presente, así se trate de un presente pasado o de un presente futuro), ninguna historia es capaz de saturar la **historicidad**. La historia es un efecto del redoblamiento sobre sí misma de la **historicidad**; la historia es la estela producida por la **historicidad** al permanecer sujeta su propia acción: la historia es la **historicidad** de la **historicidad**; la no coincidencia de la presencia y los presentes tampoco coincide consigo (no es una). La historia obligadamente surge ahí, en el elemento de la **historicidad**, donde de entrada es imposible. (Id., p. 44, grifo meu)

O autor ressalta o caráter paradoxal da definição da relação entre historicidade e história e continua “Por consiguiente, todo intento de una historia estricta del origen (es decir, de la **historicidad** como origen de la historia), es vano: la historia no puede acceder a su propio origen.” (Ibid., grifo meu).

A historicidade é definida, neste trecho, em negação ao entendimento desta ocupar o lugar de origem da história em virtude da impossibilidade de se empreender uma história da história, nesta perspectiva. O autor retira da história o caráter reto, linear e positivo em vista de que nem uma história última das histórias, nem tampouco histórias de história – o que ele afirma ser o que tem sido classicamente definido como o trabalho do historiógrafo - são possíveis.

As duas próximas ocorrências de historicidade aparecem então justamente na definição acerca de que objeto, portanto, se ocupa a historiografia e o historiógrafo:

[...] el objeto de estudio de la historiografía es el hiato permanente entre la **historicidad** y las historias siempre diversas, singulares y transitorias que intentan articular, capturar, neutralizar, resistir o amaestrar la **historicidad**. La necesaria parcialidad de toda historia (su incompletitud, a la vez que su naturaleza interesada) es, de este modo, la propia orientación crítica de la historiografía, aquello que le concede su especificidad y con base en lo cual se sostiene en su peculiar promesa de una historia siempre por venir. Consecuentemente, la labor del historiógrafo es sin fin: la historia es sin fin... y también lo es su fracaso. Asimismo, la labor del historiógrafo se vuelve particularmente urgente ahí donde alguna historia cree haber logrado saturar la **historicidad** de la que ha pretendido hacerse cargo. (Ibid., grifo meu).

A historicidade, definida como comum condição de possibilidade da história e da historiografia, produz sempre a necessidade da história, ao passo que também jamais pode ser saturada. Podemos dizer, portanto, que a historicidade produz uma falta em vista da qual se produz a história que, pela condição de ser produzida pela primeira e ao mesmo tempo tê-la como fim, jamais consegue esgotá-la.

Neste sentido, o autor compara o lugar que a historicidade ocupa na intervenção historiográfica à *différance* constitutiva da escritura para Derrida, e ao mais-de-gozar do discurso do analista lacaniano. Para estabelecer a homologia entre os três conceitos dos três sistemas teóricos diferentes, o autor define que, bem como o mais-de-gozar e a escritura, “la historicidad es conflicto, en primer lugar, consigo misma” (Ibid.) Podemos afirmar a historicidade, nesta perspectiva, como lugar caracteristicamente de paradoxo e conflito.

Ainda com o intuito de falar sobre a relação historicidade, historiografia e história, o autor traz um exemplo: cita considerações feitas para com o quadro “A origem do mundo”, pintado por Gustave Courbet e traça paralelos entre as diversas narrativas feitas do quadro de forma a considerá-lo uma intervenção histórica e historiográfica (Ibid.). Bem ali, onde aparece mais uma ocorrência da palavra historicidade, que também está incluída nos termos desta argumentação em consonância com uma análise do quadro, o autor coloca:

El título del presente ensayo hace eco del nombre de la obra de Courbet. Ello con el fin de destacar que, a partir de dicha pintura, de lo que aquí se trata es de intentar una aproximación a la fuente, al linaje, al surgimiento, al proceder, en suma, al paradójico aparecer o hacerse visible de la historiografía. Asimismo, dicho título pretende aludir al extraño origen (la **historicidad**) al que atiende la historiografía, origen que estrictamente no puede concebirse más que como un no-origen. (Ibid., grifo meu)

O autor estabelece neste trecho, ao falar do quadro que propõe como exemplo no fluxo argumentativo, a historicidade como origem e não-origem da historiografia e da história, ressaltando mais uma vez seu caráter paradoxo que ele procura esclarecer no texto:

¿En qué sentido es, entonces El origen del mundo asimismo una intervención en el plano historiográfico? El hecho mismo de la multiplicación de los discursos de historia acerca de este cuadro tiene el efecto de suspenderlos en conjunto y de consignar su insuficiencia última: cualquier perspectiva histórica acerca de El origen del mundo se enfrenta a toda suerte de consideraciones que anteceden y complican sin remedio su apropiación histórica definitiva. (Ibid., p.46).

O autor ressalta a impossibilidade da história ser positivada em vista da inesgotabilidade da historicidade porque “la sombra de la **historicidad** que pone en marcha toda **historia** (del que el propio cuadro es a su vez efecto) reside aún en ella, y ningún historiador, cualquiera que sea su credo, será capaz de lograr su evicción.” (Ibid., grifo meu).

O autor esclarece, ao falar do quadro, a relação entre historicidade, historiografia e história. Suas considerações são feitas de forma que, ao fim, a comparação empreendida pelo autor através das ponderações acerca do quadro “A origem do mundo” é estendida deste a qualquer objeto, de forma que, todo aquele que se diga histórico será efeito da historicidade. (Ibid., 49).

Podemos observar que, bem como em outros trabalhos (ALMEIDA, 1986; TEJERA, 1989; ANTUNES, 1989; VIOLANTE, 1991; YAMAMOTO, 2000), a historicidade é argumentada de forma a ser apresentada como elemento básico característico do fenômeno, pois, qualquer que seja este, tem o dom de não estar presente a si mesmo e, portanto, ser histórico, estar sob efeito da historicidade.

Diferente dos outros artigos analisados neste trabalho, a historicidade aqui é trabalhada de forma direta e definida à luz de sua relação e lugar na/da história como conhecimento específico, ainda que para falar de seu funcionamento sejam feitas homologias com a escritura de Derrida e o mais-de-gozar da psicanálise lacaniana.

De forma geral, a historicidade é trabalhada neste artigo de forma a enfatizar um lugar de paradoxo que produz sempre narrativas diferentes em vista da impossibilidade de esgotamento da origem do discurso historiográfico: a historicidade.

Ainda que, em primeiro plano, seja tomada como objeto, há um lugar argumentativo da historicidade, que aqui pode ser considerada a partir da definição do objeto da historiografia: o hiato permanente entre a historicidade e a história que produz, nas palavras

do autor: “[...] historias siempre diversas, singulares y transitorias que intentan articular, capturar, neutralizar, resistir o amaestrar la **historicidad** (Ibid., p. 44, grifo meu)

O lugar de efemeridade de toda história na tentativa de positivar o elemento paradoxo de origem – a historicidade – é estendido a qualquer referente que se queira objetivar, positivar, tornar definitivo. A historicidade é trazida como elemento argumentativo paradoxal para enfatizar a multiplicidade necessária que subjaz em sua definição – característica também da *diférance* e do mais-de-gozar trazidos em homologia na discussão – de todo e qualquer discurso.

Desta multiplicidade se pode dizer que se relaciona com o debate da “crise da psicologia social” que traz a historicidade como argumento para se contrapor a perspectivas de posituação do fazer científico, papel que cumpre neste artigo em análise aqui também. Mesmo trazida num caminho inverso: da historicidade como objeto – numa discussão empreendida na/da historiografia – para a historicidade como argumento.

12 - ZANIANI, Ednéia José Martins; BOARINI, Maria Lúcia. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 272-281, 2011

Este artigo fala da discussão acerca de como a criança e a infância passam a ser preocupação dos esforços do Estado como proteção social. Para isso, recorre à história de como, a partir de uma perspectiva que compreende a criança num estado de vulnerabilidade social, cria instituições e dispositivos para atendê-las.

O artigo faz esta discussão através da apresentação dos argumentos empreendidos por Arthur Morcovo Filho, representante da perspectiva higienista que argumentava em favor de assistência às crianças desfavorecidas para, erradicar uma série de doenças e mazelas decorrentes dos problemas sociais vigentes no começo do século XX no Brasil, como a impossibilidade das cidades comportarem com garantias de condições básicas de sobrevivência a grande quantidade de pessoas que se amontoavam nos centros urbanos modificados a partir do processo de urbanização e industrialização.

O argumento higienista se direcionava às condições de saúde e higiene precárias, que produziam o crescimento de várias doenças, mas acreditavam também na limpeza moralmente construída de mentalidades também. As crianças ocupavam, neste argumento, o lugar primordial e óbvio de intervenção higiênica de saúde e moral.

A autora traz todo um debate acerca de como as crianças e o discurso de proteção, em vistas de sua condição de vulnerabilidade social, criam condições de possibilidade para instituições e políticas diversas intervirem num problema que, ela argumenta fazer parte das contradições do sistema social vigente.

O argumento é trazido no decorrer do tempo (desde o período republicano) para falar do sistema de assistência social atual que resguarda, segunda a autora, contradições perenes de forma a sintetizar:

Como vimos, a defesa da proteção social como resposta aos problemas que perpassam crianças e adolescentes das camadas empobrecidas da população não é própria deste momento e difuso foi o caminho que precedeu a compreensão da assistência como atributo político. Como pontuam Iamamoto e Carvalho (1990), na verdade, a assistência social foi se configurando ao longo do tempo como um recurso do Estado para enfrentar demandas que perpassam a questão social, compreendida como um conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais decorrentes da generalização do trabalho livre na sociedade capitalista. Assim, concluímos que as condições materiais de vida que, já nos primórdios do século XX, produziam epidemias, pobreza, desemprego e analfabetismo, seguem a produzir a necessidade de proteger socialmente a infância, implementando a ela cuidados. (ZANIANI, 2011, p. 279)

A autora faz um histórico de como se deu a problemática da assistência à crianças em vulnerabilidade a partir do argumento higienista, através do autor Arthur Morcovo Filho, para avaliar e criticar a política de assistência hoje. Mas a palavra historicidade não aparece no texto corrido em momento algum.

Há duas ocorrências do descritor neste trabalho, uma no resumo e outra como palavra-chave. Vejamos:

Datam do início do século XX preocupações com o destino da infância pobre e, na sequência, a necessidade de elaboração de políticas públicas para atendê-la. Num período que antecede a inserção formal do Estado na formulação dessas políticas, tomamos como exemplo a atuação do médico Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), que fomentou, nas primeiras quatro décadas do século passado, um grande projeto de atendimento médico e assistencial às crianças nominadas “material e moralmente abandonadas”. A proteção social à infância era apresentada como baluarte de inserção do Brasil no rol das nações modernas a despeito das contradições sociais que se acirravam. Voltando os olhos para o passado e resgatando a **historicidade** das políticas de atendimento, confirmamos a remota existência de uma infância desprotegida. Pretendemos com este resgate refletir sobre como tem sido recorrente a defesa da proteção social, cujos desdobramentos nas políticas atuais têm outorgado à psicologia um lugar de destaque. (Id., p. 272, grifo meu)

Este é o resumo do artigo em análise, onde a única ocorrência da palavra historicidade aparece em texto. É peculiar como uma palavra aparece no resumo e como palavra-chave de

um artigo e não volta a aparecer no decorrer de 10 laudas. A historicidade aqui aparece como argumento a ser resgatado, pela abordagem escolhida, para falar das políticas de atendimento à infância desprotegida.

Podemos observar como o argumento empreendido pela autora se dá através de um histórico de momentos passados sobre como essa assistência fora concebida. A historicidade se constitui, portanto neste histórico mesmo, em outras palavras, a historicidade é essa referência temporal resgatada para argumentar em crítica a um presente que resguarda características de outrora. A historicidade é trazida em favor de uma desnaturalização de como a infância é objeto de intervenção hoje:

É fato que os problemas que afligem a infância no Brasil ou em qualquer parte do mundo possuem novas matizes porque os tempos são outros. Todavia, ao retornarmos ao passado, surpreendemo-nos com a recorrência de discursos e apelos que parecem não cair no desuso dada a naturalidade com que o tema da infância é habitualmente tratado. (Ibid., p. 274)

A historicidade é trazida como argumento a contar na escolha da abordagem utilizada em favor de uma crítica à abordagem natural comumente utilizada para com o tema tratado no artigo.

13 - KAHHALE, Edna Maria Peters; ESPER, Elisa Maria Barbosa. Novas possibilidades metodológicas: a quebra dos paradigmas qualitativo e quantitativo em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe 2, 2014.

Este artigo é o último pescado pela verificação da presença de ocorrências do descritor historicidade feita no intervalo temporal desta pesquisa de mestrado. Bem como o anterior, possui duas ocorrências da palavra.

Este artigo se propõe a, através da metodologia empregada num trabalho de saúde denominado “climatério na contemporaneidade”, discutir e apresentar parâmetros para uma síntese de métodos quantitativos e qualitativos. São apresentadas as ferramentas metodológicas utilizadas pelo projeto de saúde para fazer uma discussão que, segundo as autoras, supere as dicotomias expressas em objetividade e subjetividade, bem como qualitativo e quantitativo. O projeto realizado tem os seguinte objetivos:

[...] verificar se as mulheres no climatério são afetadas pelos fatores contemporâneos (narcisismo, efemeridade e transitoriedade). Isso significou apreender os significados e sentidos atribuídos pelas mulheres à sua vivência climatérica. (KAHALE. 2014, p. 72)

Para apreender os significados e os sentidos a que se propõe o projeto as metodologias utilizadas são: entrevistas abertas semidirigidas, narrativas de vida, escalas de medidas padronizadas, dados sócio demográficos, análise de conteúdo, tabulação das escalas utilizadas, aglutinação de todos os dados qualitativos quantitativos por meio de análise estatística, identificação de *clusters* e retomada de análise dos discursos agrupando e nomeando agrupamentos segundo os objetivos da pesquisa. (Id., p. 71).

Não nos deteremos em analisar a extensa lista de ferramentas metodológicas que as autoras descrevem para chegar no que chamam de “categorias analíticas” em vista de fugir aos objetivos desta pesquisa de mestrado. O que nos é interessante é que as duas ocorrências do descritor historicidade, presentes neste artigo em análise, dizem respeito à nomeação de uma destas categorias analíticas.

A primeira ocorrência está no resumo do artigo e faz referência à categoria analítica a que chegaram as autoras no processo de interpretação delas. Historicidade é o nome de uma categoria analítica:

O presente relato propõe uma metodologia materialista dialética de análise de dados que rompe com os paradigmas qualitativos e quantitativos, numa perspectiva transdisciplinar e complexa, tomando como categorias analíticas **historicidade**, identidade, narcisismo, efemeridade e transitoriedade. Relata-se o caso “O Climatério na Contemporaneidade”, que utilizou discursos e escalas padronizadas. Nos resultados, construiu-se uma articulação entre os vários tipos de dados, a partir de uma análise estatística fatorial e de cluster para revelar tanto as semelhanças, quanto as diferenças entre as mulheres pesquisadas, além da formação de grupos qualitativos, de forma não arbitrária ou tendenciosa, baseada nas impressões dos pesquisadores. Demonstra-se criatividade metodológica que contempla a complexidade do objeto, ao construir um caminho metodológico original, baseado no pensamento dialético, que abarca tanto a diversidade quanto a totalidade do fenômeno, demonstrando que qualidade e quantidade, objetividade e subjetividade são duas faces de uma mesma moeda. (Id., p.70, grifo meu)

Se historicidade é a palavra escolhida para nomear uma das categorias analíticas a que chegaram as autoras a partir de sua interpretação, levando em consideração os objetivos a que se destinou o projeto em verificar como aspectos chamados contemporâneos afetam a vivência climatéria de mulheres, podemos dizer que a historicidade é trazida como argumento a caracterizar o objeto deste artigo.

A segunda ocorrência aparece no contexto de descrição e definição da categoria analítica chamada de historicidade:

É no desenvolvimento do capitalismo que as condições sócio históricas estão postas, para se questionar a noção de história como passagem do tempo da natureza e do sujeito natural. A questão da história passa a ser uma categoria analítica: **historicidade**. Ou seja, os atos e acontecimentos sociais e pessoais

são produtos da ação dos homens entre si no mundo; são simbolizados e possuem intenções e significados construídos no processo de existência. Nesse processo, constitui-se como identidade e finalidade de si mesmo. (Id., p.72, grifo meu)

A palavra historicidade é trazida ao argumento como síntese conceitual a descrever e nomear uma categoria analítica que diz respeito à “questão da história”, onde visto que “as condições sócio históricas estão postas”, faz-se necessário nomear uma categoria em que se possa “questionar a noção de história como passagem do tempo da natureza e do sujeito natural” (Ibid.).

A questão da história, como definem as autoras, é trazida para dar conta do fato de que “os atos e os acontecimentos sociais e pessoais são produtos da ação dos homens entre si no mundo”, desta forma a nomeação da categoria por historicidade é feita via argumentação de uma passagem do tempo que não é natural e sim permeada de intenção e significado produzidos pelos homens. A historicidade aqui é trazida ao argumento para dar um caráter não-natural à passagem do tempo.

Tendo em vista os 13 trabalhos analisados com diferentes perspectivas teóricas de base e discutindo temas igualmente diversos, o que os une é tomar, em alguma medida a historicidade como argumento ao longo de publicações que datam desde 1986, até 2014.

Descritos os contextos em que cada ocorrência da palavra-conceito aqui em questão aparece através da ocorrência do descritor, faz-se necessário avaliar acerca das possibilidades e limitações em que o uso da historicidade como argumento foi trazido, no contexto das publicações da revista *Psicologia & Sociedade*. Expostas as condições em que a historicidade é trazida como argumento, ocupando lugar funcional; precisamos agora dizer sobre a argumentatividade que teve ou não a historicidade, o poder que trouxe consigo ao se prestar a determinado fim.

6. O ARGUMENTO DA HISTORICIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de passarmos por cada contexto significativo e expor os sentidos em que a historicidade foi expressa desde 1986, quando da primeira ocorrência da palavra já no segundo número de edição, ainda no ano da fundação da *Psicologia & Sociedade* como periódico da Associação Brasileira de Psicologia Social, até o ano de 2014 – ano da última ocorrência analisada - podemos perguntar finalmente: o que a relação historicidade e psicologia produziu através destas páginas?

A ‘crise’ da psicologia social demandou o recurso a definição do fenômeno psicológico como primordialmente histórico-social e político, antes de qualquer tentativa de positivação deste fenômeno frente a uma realidade de contradições sociais que constituíram a sociedade brasileira. Em vista de considerarmos que o debate empreendido na década de 60 se perpetua em suas bases até os dias atuais na psicologia social enquanto sua diversidade epistemológica, perguntamos: ainda demandamos deste recurso à historicidade como argumento? E cabe a nós delinear perspectivas de resposta a essas questões neste capítulo, mas para isso é necessário falar sobre cada unidade de sentido para caracterizar de forma ampla o fenômeno em suas rupturas e permanências.

Podemos afirmar que através dos sentidos identificados em diversos trabalhos (ALMEIDA; MUCCILO; MELO, 1986; TEJERA, 1989; ANTUNES; 1989; VIOLANTE; 1991; NOVO, 1998; SAWAIA, 1998; GUARESCHI, 2000; YAMAMOTO, 2000) a historicidade foi trazida ao argumento como categoria a ser considerada nas escolhas das abordagens utilizadas nos trabalhos e na caracterização positiva do fenômeno a ser abordado, como categoria sobre a qual o debate haveria de passar em razão de sua importância e, quiçá, sua considerada fundamentalidade.

Mas trabalhos como (GIACÓIA, 2001) se não critica diretamente a historicidade como conceito ou perspectiva, também não a trata como elemento a priori a ser considerado na abordagem a ser escolhida. Vale notar que mesmo em trabalhos com filiações teóricas semelhantes o sentido argumentativo em a historicidade aparece diferente como em (GIACÓIA, 2001; VIOLANTE; 1991), em virtude da ênfase diferente que se pretendia discutir em cada trabalho.

Em sua maioria (ALMEIDA; MUCCILO; MELO, 1986; TEJERA, 1989; ANTUNES; 1989; VIOLANTE; 1991; LOPES, 1998; SAWAIA, 1998; GUARESCHI, 2000; YAMAMOTO, 2000; GIACÓIA, 2001; ZANIANI, 2011; KAHHALE, 2014) a historicidade

não é definida como conceito de forma direta, ou seja, o trabalho em análise não contém de forma manifesta que conceito de historicidade é adotado, mas em alguns casos (VIOLANTE; 1991; NOVO, 1998) a referência ao sistema teórico marxista foi feita de forma clara. E em outros casos, há referência à psicologia social crítica (ANTUNES; 1989; NOVO, 1998; SAWAIA, 1998).

Quando não definida, a historicidade nos leva a pensar que seu significado está previamente acordado pelos usos que resguardam a estabilidade que um conceito apresenta em sua generalização. Embora, os significados logo desestabilizem para serem ligados a outros referentes expressos nos sentidos, a ausência de definição nos trabalhos analisados nos indicou um significado (generalização) subjacente àquelas ocorrências.

Poucos indícios nos foram apresentados nos textos para identificarmos este possível significado, mas podemos vislumbrar uma resposta, em vista da especificidade do contexto em que a revista foi fundada. Tendo em vista que, dentre as respostas diversas que se deram à crise, no Brasil, a psicologia com inspiração vigotskiana e marxista foi tomada de maneira hegemônica, expressa no trabalho da pesquisadora Silvia Lane. Avaliamos que se fala da perspectiva de historicidade ligada a estes sistemas teóricos quando não a palavra não está definida diretamente. Perspectivas em que a historicidade é marcada pelo materialismo histórico e pelo materialismo dialético que, na psicologia, estão marcadas na chamada psicologia social crítica.

Pino (1995) define que perspectivas de história são importantes para se falar da perspectiva vigotskiana que se inspira na historicidade marxista (materialismo dialético e materialismo histórico). Historicidade é entendida, nesta perspectiva, como abordagem dialética geral das coisas, o que compreende os fenômenos como processos movidos pela contradição de uma relação entre contrários que qualquer generalização resguarda no decorrer do tempo, mas que subjaz uma idéia de continuidade, de processo; e historicidade entendida como a história humana, ligada ao materialismo histórico e à idéia de produção material da vida humana. Podemos encontrar resquícios destas referências, ainda que de forma tímida, em alguns trabalhos (ALMEIDA; MUCCILO; MELO, 1986; ANTUNES; 1989; GUARESCHI, 2000; KAHHALE, 2014) que não definem historicidade diretamente.

Há ainda, alguns trabalhos que tomam a historicidade como síntese em que a ocorrência da palavra ocorre apenas no resumo e na nomeação de categorias (ZANIANI, 2011; KAHHALE, 2014), ou como expressa em títulos de subtópicos (ANTUNES; 1989;

SAWAIA, 1998). De forma a se constituírem como generalizações sintéticas de fenômenos não-definidos claramente.

Podemos avaliar que a ocorrência da palavra historicidade está muito ligada, nas publicações da revista *Psicologia & Sociedade*, às perspectivas do materialismo histórico e dialético e à psicologia social crítica. No entanto há trabalhos que não fazem referência a estas perspectivas como em (FOULKES, 2001) que faz referência à psicanálise lacaniana e à desconstrução de Derrida cuja função argumentativa de perspectiva de historicidade não se ligam à idéia de continuidade, mas de paradoxo.

A relação entre os debates temáticos da psicologia, em geral, e da psicologia social, presentes nas publicações da revista e a historicidade como argumento, cumpre um papel importante em crítica a uma perspectiva determinada de produção científica, no entanto, como esta relação tem sido estabelecida? Uma perspectiva de historicidade acabou por ocupar um lugar histórico de generalização e, podemos dizer, se positivou. Isso se dá na medida em que se parte do pressuposto de que historicidade é um conceito conhecido previamente, positivado. Podemos constatar isso nos diversos trabalhos em que, além de ser um conceito não definido claramente, ele dá vazão ao fundamento de questões importantes dos trabalhos, como conceitos-síntese de nomeação de fenômenos pouco explícitos.

No debate contemporâneo, em que se fala de crise de tempo e cuja crítica se concentra em perspectivas de historicidade, tanto no sentido de como referenciá-la enquanto objeto, quanto como argumento, cabe a indagação acerca de se cumpre-se ainda o papel de desnaturalização a que foi proposto.

A discussão que cabe agora é a desnaturalização do emprego de um conceito pelo conhecimento psicológico e psicossocial que não lhe é próprio, mas que, pela interface que lhe é natural, foi significado de uma forma possível. De forma que, este trabalho se apresente tanto como diagnóstico deste uso, como parâmetro para novos usos para que esta psicologia continue em crise.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientiae Studia**, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11173>. Acesso em: 11 de dez de 2014.
- ALMEIDA, A. R. de; MUCCILLO, G.; MELO, L. L. de. Quem é o brasileiro? Uma exploração das características levantadas por Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda. **Psicologia & Sociedade**, Maringá, v. 2, p.43-53, out. 1986.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia e história: uma relação possível? ou psicologia e história: uma relação necessária. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, p.30-36, set. 1989.
- ARAÚJO, S de F. Wilhelm Wundt e o estudo da experiência interna. In: Vilela, A. J.; Ferreira, A. & Portugal, F. (Org.). **História da psicologia: rumos e percursos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2007c. p. 93-104.
- BERNARDES, J. S. História. In: JACQUES, M. G. C et al. **Psicologia social contemporânea**. Editora Vozes Limitada, 2014.
- BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. Editora 34, 1997.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade**. São Paulo, SP: Cultrix, 2003.
- BOECHAT, F. M.. **A heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BOMFIM, E. M. Aspectos da Psicologia Comunitária e Ecologia Humana em Cuba. **Psicologia & Sociedade**. n 3, Ano 3, pp. 132-137, 1987.
- BOMFIM, E. M. Desnovelando a psicologia da comunicação de massa. **Psicologia & Sociedade**. n 3, Ano 3, pp. 106-110, 1987.
- BOMFIM, E. M. O namoro entre Psicologia e Arte. **Psicologia & Sociedade**. n 3, Ano 3, pp. 40-43, 1987.
- CARVALHO, H. T. T. K. Marxismo e Psicologia. **Psicologia & Sociedade**. n 6, Ano 3, pp. 64-75, 1989.
- COMTE, A. Os pensadores. **Abril Cultural: São Paulo**, p. 43-99, 1978.
- CRUZ, R. N.; VAN STRALEN, C. J. A produção do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo a partir da revista Psicologia & Sociedade, 1986-1992. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 227-239, 2012.
- FABIAN, J. O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto. **Petrópolis: Vozes**, 2013.
- FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)**. Vozes, 2002.

- FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FOULKES, B. M. El origen de la historiografía: historicidad, escritura y plus-de-goce. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, 2010.
- GARRIDO, A.; ÁLVARO, J. L. **Psicología Social. Perspectivas Psicológicas y Sociológicas**. 2015.
- GERGEN, K. J. A psicologia social como história. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 475-484, 2008.
- GIACÓIA J.R. O. Esquecimento, memória e repetição. **Psicologia & Sociedade**; 13 (2): 58-91; jul./dez.2000.
- GÓES, C. W. L. O que é psicologia comunitária? **Psicologia & Sociedade**. n 10, Ano 7, pp. 15- 23, 1992.
- GÓES, M. C. R.; DA CRUZ, M. N. **Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski**. Pro-Posições, v. 17, n. 2, p. 31-45, 2006.
- GUARESCHI, N. M. F. Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**; 12 (1/2): 110-124; jan./dez.2000.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica, 2014.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural. **São Paulo: Loyola**, 2008.
- IÑIGUEZ, L. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. **XII Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2003.
- KAHHALE, E. M. P.; ESPER, E. M. B. Novas possibilidades metodológicas: a quebra dos paradigmas qualitativo e quantitativo em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe 2, 2014.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- LACERDA JR, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, n.3, p 216-263, 2015.
- LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da psicologia social**. EDUC, 1995.
- LOPES, C. E. Uma Arqueologia do Pensamento de Wilhelm Wundt: Por que a Psicologia Científica ainda não Chegou ao Século XIX?. **Psicologia em Pesquisa**, v. 5, n. 1, p. 91-94, 2011.

- LOPES, J. R. O sujeito e seus modos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**; v. 10, n 2, pp.: 53-75; jul./dez.1998;
- MACHADO, M. N. da M. Relato de experiência. **Psicologia & Sociedade**. n 3, Ano 3, pp. 137-141, 1987.
- MACHADO, M. N. da M. Sexualidade e instituições. **Psicologia & Sociedade**. n 3, Ano 3, pp. 15-18, 1987.
- MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 1, p. 100-111, 2002.
- MANCEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M.; ROCHA, M. L. da. Psicologia Social e História: um encontro necessário. In: _____ **Psicologia Social: Relatos na América Latina**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- NOVO, H. A. A dimensão ético-afetiva das práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 95-104; jul./dez. 1998.
- PINO, A. Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 31-40, 1995.
- REIS, J. C. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. FGV Editora, 2006
- REY, F. L. G. Epistemologia cualitativa y subjetividad. **Psicologia & Sociedade**. v 9, n. 1 e 2, pp. 65-90, 1997.
- REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa em Psicologia-caminhos e desafios**. Cengage Learning Editores, 2002.
- QUEIRÓZ, L. A. A.; MACHADO, M. N. M. Acaba Mundo: Estudo De Uma Comunidade Favelada. **Psicologia & Sociedade**. v 3. n 5. p 86-102. 1988.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p.237-280, 2002.
- SAWAIA, B.B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do Sujeito. **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 117-136; jul./dez.1998.
- SCHULTZ, D. P; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**, 2007.
- SILVEIRA, P. O fetichismo da mercadoria e a psicanálise: elementos para um debate. **Psicologia & Sociedade**. n 2, Ano 1, pp. 8-16, 1986.
- SMIGAY, K. V. Acerca de imagens do pai - Notas para pensar a paternidade no imaginário masculino. **Psicologia & Sociedade**. n 10, Ano 7, pp. 84-97, 1992
- TEJERA, Marisa Estela Sanabria. A questão do coletivo. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 6, p.81-90, mar. 1989.
- VIGOTSKI, L.S. O significado histórico da crise da psicologia. Uma investigação metodológica. **Teoria e método em psicologia**, v. 3, p. 203-417, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2010.

VIOLANTE, M. L. V. O saber/agir psicológico. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 9, p.48-60, mar. 1991;

YAMAMOTO, O. H. A psicologia em movimento: entre o 'Gattopardismo' e o neoliberalismo. **Psicologia & Sociedade**; v 12 n. 1: 221-233; jan./dez.2000;

ZANIANI, E. J. M; BOARINI, M. L. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 272-281, 2011;

.

8. APÊNDICE

APÊNDICE A - Mapeamento das ocorrências de todos os descritores por trabalho e edição da revista de 1986 a 2001

ANO I, Nº 1, 1986

1. Intervenção comunitária no posto de saúde da cidade alta: ligeiro histórico – CANIATO, Angela; [Histórico: (3)]
2. A definição de uma proposta: histórico do curso de psicologia da Universidade Estadual de Maringá; [Histórico (1)]
3. Encontro de Maringá: o ensino da psicologia social no estado de São Paulo – OZELLA, Sérgio; [Histórico (1)]
4. Crises de um processo de intervenção em postos de saúde: algumas questões sobre a intervenção em comunidade – SALLES, Leila; [Histórico (1); História (1)]

ANO I Nº 2, 1986

5. Psicanálise e marxismo: dilema da psicologia social? – LANE, Silvia T. Maurer; [História (6); Histórico (2);. Históricos (1);Histórica (2)]
- 6 Quem é o brasileiro? uma exploração das características levantadas por Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda - ALMEIDA, Antonio Ribeiro de; MUCCILO, Gerson; MELO, Lucy Leal; [História (4); Historicidade (1);. Histórico (1)]
7. Psicanálise e materialismo histórico: da libertação do homem- SANDLER, Paulo Cesar. [Histórico (2); Históricos (1);. História (3);. Histórica (1)]
8. Notas sobre um debate de psicologia social - LANDA, Fábio; [Histórica (1)]
9. O fetichismo da mercadoria e a psicanálise. Elementos para um debate - SILVEIRA, Paulo [Histórico (5);. Histórica (1); História (3)]
10. Alexandre e seus irmãos: psicanálise de Pixotes? - BERLINCK, Manoel; [História (1)]
11. Psicologia social. Um personagem em busca de seu autor - SAMPAIO, Luiz Carlos S; [história (3); Histórico (1); Histórica (1)]

ANO III, Nº 3, 1987

12. Trabalho, participação social e psicologia social – CAMARGO, Brígido Vizeu; [Histórico (1); História (1); Histórica (1)]
13. O namoro entre psicologia e arte - BOMFIM, Elizabeth de; [Histórico (1); Histórica (1); históricas (1)];

14. Pesquisa e intervenção em bairro - CANIATO, Angela; SALLES, Leila; [Histórico(2); História (2)]
15. Desnovelando a psicologia da comunicação de massa – BOMFIM, Elizabeth de ; [Histórico (1)]
16. Psicologia social e transferência social - CAMARGO, Brígido V.;[Histórico (3)]
17. Apontamentos para uma crítica da reforma do setor saúde - MEZÊNCIO, Márcia; CONY, Laura; [Histórico (1)]
18. Relato de Experiência - MACHADO, Marília Novais da Mata;[Histórico (2); Histórica (1)]
19. Influência junguiana sobre o artístico - BARBOSA, André Versiani; [História (1)]
20. De uma esquisita arte, parte uma esquizoanálise - FONSECA, Simone; [Histórica (1); Históricas (1); História (2); Histórias (2)]
21. Viagem às utopias: crise no imaginário social - AFONSO, Lúcia; [História (1)]
22. Sexualidade e instituições – MACHADO, Marília Novais Da Mata; [História (3)]
23. Representações sociais e manifestações artísticas – QUEIROZ, Vinicius; GUIOLI, Andréa; DELFINO, Eliana; BOMFIM. Elizabeth; GUIMARÃES, Luiza; [História (2)]
24. Comunicação e psicologia de massa: a hipótese esquecida –AFONSO, Lúcia; [História (3); Históricas (1)]
25. A Psicologia Em Cuba – CALVIÑO, Manuel Angel; [História (1)]
26. A luta de ex-favelados pela moradia como parte essencial da formação da consciência social – CANIATO, Ângela; [História (1)]
27. Uma intervenção psicossociológica numa creche da rede municipal de Vitória-ES – AMARAL, Maria Helena; BARROS, Elizabeth, DONADIO, Luciene; OLIVEIRA, Arion; VARANDA, Lienara; [História (1)]
28. Aspectos da psicologia comunitária e ecologia humana em Cuba – BOMFIM, Elisabeth De Melo; [Históricas (1)]

Ano III, Nº4, 1988

29. Crises e alternativas do movimento popular e sindical – PEREIRA, William César Castilho; [Histórico (1); Históricos (1); Histórica (2); Históricas (1); História (3)]
30. Quem é o brasileiro? – ALMEIDA, Antônio Ribeiro de; [Histórico (3); Histórica (4); Históricas (1); Histórias (11)]
31. Esboçando um enquadre psicanalítico-marxista: uma utopia? – VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira; [Histórico (1); Histórica (1); História (3)]

32. Uma equipe esquizodisciplinar – WATANABE, Márcia Midôri; [Histórico (1); História (1)]
33. Uma experiência de ensino da psicologia social marxista na UFPA – CARVALHO, Hilma Khoury; [Histórico (1); História (1)]
34. A mulher, o homem e as leis – PEREIRA, Rodrigo Da Cunha; [Histórico (1)]
35. Implicações do enfoque social na prática do psicólogo em saúde mental – CANIATO, Angela; [Histórico (3)]
36. - A questão da mulher como tema da psicologia social - MACHADO, Marília Navais Da Mata; [Históricos (1); História (1)]
37. Psicologia comunitária – BOMFIM, Elizabeth De Melo; MACHADO, Marília Novais Da Mata; [Histórica (1); História (4); Histórias (1)]
38. Inferências no campo da intervenção – ALMEIDA, Maria Regina Durães De Godoy; [História (1); Histórias (1)]
39. Favela: fragmentos – MENEZES, Luciana Maia de;
40. Corpos radiativos, novos estigmas desdobramentos do episódio da violação de uma cápsula com césio 137, em Goiânia, Setembro/1997 - BOMFIM, Elizabeth De Melo; MACHADO, Marília Novais Da Mata; [História (1)]
41. Violência: marco inicial e eterno – RIBEIRO, Nilda Maria; [História (1); Histórias (1)]
42. O excesso e a falta – AFONSO, Lúcia; [História (4)]
43. (Nota sobre os papéis femininos) – BRAGA, Paula; [História (1)]

Ano III, Nº 5, 1988

44. Identidade: encruzilhada da psicologia social e da antropologia – BOMFIM, Elizabeth De Melo; [Histórico (1)]
45. O psicólogo e a comunidade: algumas questões – FREITAS, Maria De Fátima Quintal de;
46. Acaba mundo: estudo de uma comunidade favelada – QUEIRÓZ, Lizainny Aparecida Alves; MACHADO, Marília Novais Da Mata; [Histórico (1); Histórica (1); história (2)]
47. Extensão universitária: implantação do N.A.P. (Núcleo de Assessoria Psicológica) e uma tentativa de viabilização do vínculo teoria-prática no ensino de graduação – MOREIRA, Alice Da Silva; ROCHA, Rui Barbosa; [Histórico (5); Históricos (1); Histórica (3); Históricas (1); História (4)]
48. Por uma sociedade sem manicômios – CARNEIRO, Bianca Guimarães; [Históricos (1)]
49. Reflexões sobre educação popular – TRAJANO, Ana Rita Castro; [Histórica (1); História (3)]

50. A comunitária educação artística das minas dos setecentos – BOMFIM, Elizabeth De Melo; [Histórica (1)]
54. Constituição de um grupo por e para mulheres na instituição universitária - desventuras de quem a viveu – SMIGAY, Karin Ellen Von; [História (2)]
55. A sedução – MOREIRA, Maria Ignez Costa; [História (1)]
56. Individualidade - reprodução - família (conflito vivido pela mulher de hoje) – NOGUEIRA, Cláudia Bueno; [História (7); Histórias (1)]
57. Intelectuais nos movimentos sociais – BOMFIM, Elizabeth De Melo; [História (2)]
58. Cultura e escola: um projeto – VIDAL, Paulo Roberto De Souza; [Histórias (2)]

Ano III, nº 6, 1989

59. A questão do coletivo – TEJERA, Marisa Estela Sanabria
[Historicidade(1); História (2)]
60. Da ideia de criação à realidade – BOMFIM, Elizabeth De Melo; [Histórico (1); História (1)]
61. Questões teóricas e metodológicas em psicologia social – LANE, Sílvia Tatiana Maurer; [Histórico (4); históricos (1); histórica (4); históricas (2); história (12); histórias (1)]
62. Elementos para uma teoria de intervenção psicossociológica em favelas – MACHADO, Marília Novais da Mata; [Histórico (1); Histórica (3); História(6)]
63. Marxismo e psicologia – CARVALHO, Hilma Tereza T. Khoury; [Histórico (12); Históricas (1); História (4)]
64. Uma reflexão epistemológica da psicologia social que estamos construindo – NADER, Rosa Maria; [Histórico (2); História (1)]
65. Pesquisa em movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência – PRETTE, Almir Del; [Histórico (1); Histórica (1)]
66. Experiência de psicologia em um centro de saúde da região metropolitana de Belo Horizonte – SANTOS, Dirley Lellis Dos [História (3)]
67. Favela em Belo Horizonte: uma realidade que desafia – BAETA, Aléxia Machado [Histórico (1); História (5)]
68. Itinerários da violência contra a mulher ou: o que dizer da sedução? – SMIGAY, Karin Ellen Von; SOUZA, Ana Lúcia de; RUBINGER, Maria Da Conceição [Histórica (1); História (1)]
69. Fotografia como instrumento de pesquisa de representação simbólica – MOREIRA, Nazareth Pinheiro [Histórico (1); História (1)]

70. Do sangue à letra (a propósito de pedagogia e psicanálise) – DÂMASO, Romualdo [História (2)]
71. Criminalidade e perversidade criadora: a autopoiese dionisiaca – BRAGA, Welber Da Silva; [Histórico (1); Históricos (1); Histórica (2)]
72. Psicologia social em Minas: história e atualidade – DESLANDES, Keila [Histórica (1); História (5)]
73. Organização e luta em Araxá ou Araxá - de D. Beja à fábrica de ácido-sulfúrico - signos de sua época? – PAIVA, Silvânia; [Histórico (2); História (4); Histórias (1)]

ANO IV, NÚMERO 7, 1989

74. Psicologia e história: uma relação possível? Ou psicologia e história: uma relação necessária! – ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; [Histórico (5); Historicidade (3); Históricos (3); Histórica (6); Históricas (2); História (12)]
75. Uma técnica de análise do discurso: análise gráfica – LANE, Silvia Tatiana Maurer [Histórico (1)]
76. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais - SANDOVAL, Salvador A. M; [Histórico (1); Histórica (1); História (1)]
77. O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo – CÁRDIA, Nancy; [Histórico (1); História (1)]
78. Psicologia e movimentos populares: algumas possibilidades de aproximação – NETO, Genaro Ieno; [História (4); Histórias (1)]
79. Os conselhos de saúde: participação ou cooptação? – SPINK, Mary Jane; [Histórico (1)]
80. A forma do informal – SPINK, Peter [Histórico (1)]
81. O psicólogo na comunidade – BOMFIM, Elizabeth De Melo [Histórico (1); Histórica (1); História (1)]
82. Psicologia social e comunitária – ANDERY, Alberto Abib; [Histórica (4); História (1)]
83. Fragmentos de um trabalho com a comunidade – PIMENTEL, Regina Sileikis [Histórico (1)]
84. A psicologia na comunidade - LASTÓRIA, Luiz A. Calmon; [Histórico (1)]
85. O bilinguismo em Cabo Verde – CUSTÓDIO, Giordano Tourinho; [Histórico (1); Históricos (1); História (2)]
86. Abrapso em Minas: um movimento social, uma gestão – BOMFIM, Elizabeth De Melo; [Histórico (2); Históricas (2); Históricos (1)]

ANO VI, NÚMERO 9, 1990/91

87. Contribuições da "dinâmica de grupos" para o estudo de representação social- FILHO, Edson A. De Souza; [Histórico (1); Históricos (2); Histórica (1); História (2)]
88. O saber/agir psicológico – VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira; [Historicidade (1); Histórico (3); História (5)]
89. Caminhos da consciência: a história de uma luta pela saúde da mulher – ARRUDA, Ângela; [Histórico (2); História (24); Histórias (2)];
90. Acerca de imagens de pai – SMIGAY, Karin Ellen Von; [Histórico (3); Histórica (1); Históricas (1); História (2)]
91. Gênero e representações sociais: anotações para uma aproximação dos conceitos – ROEDEL, Sônia; [Histórica (1)]
92. Experiência piloto de animação cultural comunitária para Corumbá e pantanal sul-matogrossense – PREUSS, Miriam Raja Gabaglia, [Histórico (2); Histórica (1); História (2)]
93. Notas sobre a psicologia da arte em Rudolph Arnheim – KRAISER, Marcelo; [História (2)]
94. Sobre o processo de criação: algumas considerações – MACHADO, Ana Maria Lé Sénéchal; [História (1)]
95. Representações sociais de Brasília –FILHO, Edson A. De Souza; [Históricos (1); Histórica (1); História (1)]
96. Meninos de rua: a ótica institucional - BOMFIM, Elizabeth De Melo (Coord.); OLIVEIRA, Adriana Coelho De; WATANABE, Márica Midóri; NASCIMENTO, Marilene Coura; AFONSO, Marta; PARREIRA, Sandra Marteus; [História (1)]
97. Análise de uma entrevista de pesquisa – MACHADO, Marília Novais Da MatA; DESLANDES Keila; ALFANO, Marta Elisabete Guimarães [História(1)]
98. Buscando a relação brincar/aprender – PEREIRA, Magali Cecili Surjus; SANTOS, Romilda Aparecida Cordioli; [Histórico (1); Histórica (1)]

ANO VII, NÚMERO 10, 1992

99. O conceito de comunidade e as práticas psicossociais – ARENDT, Ronald João Jacques [Histórica (1); Históricas (1); História (1)]
100. O que é psicologia comunitária? – GÓES, César Wagner De Lima [Histórico (4); Históricos (2); Histórica (4); Históricas (1); História (5)]
101. A dinâmica da organização camponesa, grupo do Urucum, Mato Grosso do Sul – BRANCO, Maria Tereza Castelo; [História (2)]
102. Ramificações da psicologia social: perspectivas da atuação comunitária – NASCIMENTO, Maria Lívia do; [História (1)]

103. O espaço (limitado?) das práticas e intervenções em instituições – RODRIGUES, Heliana; [Histórica (1)]
104. "Transterritorialidade" de um conceito: o imaginário segundo Cornelius Castoriadis – PASSOS, Isabel Cristina; [História (1); Histórico (1)]
105. Os anos 70 no Brasil e a questão da subjetividade: resgate de uma geração [Histórica (1)]
106. Representações sociais perto de seu julgamento final? – SOUZA, Edson A. De Souza; [Histórica (1)]
107. Gênero e subjetividade. Inquietações na psicologia social – ARRUDA, Angela Arruda [História (1)]
108. Acerca de imagens do pai - notas para pensar a paternidade no imaginário masculino - SMIGAY, Karin Von; [Histórico (1); História (2); Históricas (1); Histórias (1)]
109. Gênero e representações sociais: anotações para uma aproximação dos conceitos – ROEDEL, Sonia; [Histórica (1)]
110. A submissão feminina: até que ponto as lutas emancipatórias da mulher têm alterado essas condições no que diz respeito à relação conjugal – SIQUEIRA, Maria Juracy; SCHILLINGS, Ângela; COSTA, Iara; SOUZA, Tatiana P. S; [Histórias (1)]
111. Identidade social e relações de gênero: suas implicações nos estudos psicossociais – JURBERG, Marise Bezerra; [Históricos (1)]
112. Psicologia e produção da subjetividade - um enfoque marcuseano – SEVERINO, Maria De Fátima; [Histórico (1)]
113. Trabalho e psicologia social – ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira De; [História (1)]
114. Algumas considerações sobre as determinações do processo de produção na saúde – SANTOS Abrahão De Oliveira; [Histórico (1)]
115. Trabalho e "saúde psicossocial": apontamentos metodológicos - ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira de; [Histórico (1)]
116. Fundamentação teórica metodológica para uma proposta de reforma curricular nas áreas: trabalho e técnicas de exame psicológico – CATÃO, Maria De Fátima F. Martins; [Histórico (1)]
117. A UERJ em questão" – MANCEBO; Deise; SANTOS, Adriana Rosa Cruz; NOGUEIRA, Carlos André Soares; VIANA; Cristina Soares; GONÇALVES, Marcelo Pinto; [Histórico (1); Históricas (1); História (1)]
118. O ensino de psicologia escolar em uma perspectiva social - ZANELLA, Andréa Vieira; [História (1)]

119. Entrevista com Silvia T. M. Lane - [Histórico (8); Históricos (1); Histórica (8); História (6)]
120. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político- CAMINO, L; [Histórico (4); Histórica (1); Histórias (1)]
121. Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno - CROCHÍK, J.L. [Históricos (3); Histórica (1)]
122. Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária - FREITAS, M.F.Q. [Histórico (7); Históricos (3); Histórica (6); História (4)]
123. Individualismo e modernidade - GENTIL, H.S; [Histórico (1); Históricos (1); Históricas (1); História (11); Histórias (1)]
124. Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular - MONTERO, M; [Histórico (3); Histórica (1)]
125. Os cursos de Psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina - OZELLA, S; [Histórico (3); Histórica (3); História (1)]
126. O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social - PRADO, J. L. A; [Históricos (1); História (1)]
127. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho - SPINK, P. K [História (5)]

ANO IX, NÚMEROS 1 E 2, 1997

128. Entrevista com Frederic Munné [Histórico (3); Histórica (1); História (2)]
129. Pluralismo teorico y comportamiento social - MUNNÉ, F; [Histórica (1)]
130. Epistemologia cualitativa y subjetividad – REY, González; [Histórico (6); Históricos (2); Histórica (4)]
131. Apariciones del espíritu de la posmodernidad en la psicología social contemporanea - HERNANDEZ, M; [Histórico (1); Histórica (3); Históricas (1)]
132. A gravidez na adolescência nas classes populares: projetos e práticas de atendimento em saúde e educação - MOREIRA, M. I. C. e Equipe [Históricas (1); Histórias (1)]
133. O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise - PACHECO FILHO, R. [Histórico (1); Histórica (4); Históricas (4); História (3)]
134. Aplicações da teoria de representação social à pesquisa na educação - RANGEL, M. [Histórico (3); Históricos (2); Histórica (2); Históricas (2); História (5)]
135. Comparação dos preconceitos étnico-raciais e da discriminação contra os portadores de deficiência - SATOW, S.H; [História (4)]

ANO X, N º 2, 1998

140. Entrevista com Regina Helena de Freitas Campos - [Histórico (5); Históricos (3); Histórica (3); História (18)]
141. Machado de Assis e o poder - COELHO, M. H. M. [História (1)]
142. Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social – REY, F. L G; [Histórico (3); Histórica (3)]
143. O sujeito e seus modos de subjetivação - LOPES, J. R [Historicidade (1); Histórico (9); Históricos (2); Histórica (5); Históricas (1); História (7)]
144. A dimensão ético-afetiva das práticas sociais - NOVO, H. A [Historicidade (1); Histórico (3); Histórica (2); Históricas (1); História (10)]
145. Relações entre a socialização do gozo e a sustentação subjetiva da racionalidade tecnológica - RAMOS, C; [Histórico (2); Histórica (6); História (4)]
146. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito - SAWAIA, B; [Historicidade (1); Histórico (5); Histórica (1); Históricas (3); História (3)]
147. El construccionismo crítico: su pertinencia en la psicología social comunitaria - WIESENFELD, E [Histórico (4); Históricos (1); Histórica (6); Históricas (3); História (1)]

ANO XI, N º 1, 1999

148. Processo de autonomização da psicologia no Brasil - ANTUNES, M. A. M; [Histórico (5); Histórica (3); Históricas (1); História (4)]
149. Notas sobre a formação ética e política do psicólogo - CROCHÍK, J. L; [Histórico (1); Histórica (2); História (13)]
150. A empresa familiar e sua inserção na cultura brasileira - MACÊDO, K.B; [Histórica (2); História (4); Histórias (1)]
151. Vida cotidiana, crisis y reajuste cubano en los 90. Una aproximación psicosocial - PÉREZ, M; [Histórico (2); Histórica (3)]
- 152.. Violação de corpos: o estupro como estratégia em tempos de guerra. Uma questão para a psicologia social? - SMIGAY, K. E. V; [História (1)]
153. Resenha: O próximo distante - TASSARA, E. T. O; [História (3); Histórias (1)]
154. Comentários: O Próximo distante - DAMERGIAN, S; [História (3); Histórias (2)]

ANO XI, Nº 2, 1999

155. Entrevista com Leny Sato; [História (2)]
156. Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo - ALBUQUERQUE, F.J. B.; MASCARENO, R.P; [Histórico (1); Históricos (1); Históricas (1); História (3)]
157. Contextos em mudança e os rumos da pesquisa sobre comprometimento no trabalho - BASTOS, A. V. B; [Histórico (2); História (2)]
158. Uma contribuição à construção do conceito de cidadania ativa: as práticas de uma ONG que atua no campo da AIDS" - CASTRO E SILVA, C. R. [Histórico (3); História (3)]
159. Saúde mental e trabalho: uma revisão sobre o método - CODO, W; SORATTO, L. H; [História (4)]
160. Expandindo possibilidades: reflexões sobre o processo de organização de um movimento social de portadores de LER - LIMA, A. B; [Históricos (1); História (9); Histórias (1)]
161. Tempo e trabalho nas organizações: estudo psicossocial com trabalhadores que têm horário fixo e flexível - MARTINS, M. M; [Histórico (1); História (1)]
162. A falta de ocupações produtivas e o trabalho precário num contexto rural - TRAVERSO-YÉPES, M; [Histórico (3)]
163. Ações estratégicas na gestão da Universidade Federal de Santa Catarina: reações dos participantes - ZANELLI, J. C; [História (3); Histórias (1)]

ANO XII, Nº 1 E 2, 2000

164. Entrevista Com Kabengele Munanga – [Histórico (3); Histórica (1); História (2)]
165. O Brasil e sua gente: representações sociais em 500 anos - ARRUDA, A; [Históricos (1); História (1); Históricas (2); História (2)]
166. La psicología social como práctica político-ética: reflexiones em torno a la arista subjetiva de las representaciones sociales - BANCHS, M. A; [Histórico (3); Histórica (2); Históricas (1)]
167. Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável - BARBOZA, D; [Histórico (2); Histórica (3); História (3)]
168. Estradeiros modernos ou capitalistas incondicionais? O cotidiano hippie e suas interfaces - CANTELMO, F. [Histórico (1); Históricas (1); História (6); Histórias (1)]

169. Novos rumos para estudos da identidade em populações indígenas através da semiótica – DARRAULT; HARRIS I; GRUBITS, S; [Histórias (1)]

170. Políticas de identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social - GUARESCHI, N. M. F; [Historicidade (1); Histórico (1); Histórica (4); Históricas (3); História (11); Histórias (1)]

171. Uso, abuso e dependência de drogas: delimitações sociais e científicas - REZENDE, M. M; [Histórico (1); História (2)]

172. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social - SPINK, M J. P; [Históricos (2); Histórica (1); História (7)]

173. A noite escura e bela: um estudo sobre o trabalho noturno - VERONESE, .M. V ; [Histórico (2); Histórica (2); História (2)]

174. A Psicologia em movimento: entre o “gattopardismo” e o neoliberalismo - YAMAMOTO, O. H; [Historicidade (1); História (6)]

ANO XIII, Nº 2, 2001

175. Critical theory and empirical research in psychology - CARONE, I; [Histórico (1); História (1); Históricas (2)]

176. Resistance and conformism of psychological monad - CROCHÍK, J.L; [Históricas (2); História (1)]

177. Seeking for a speculative induction - philosophy and empirical research - DUARTE, R; [Histórico (5); Histórica (3)]

178. Empirical research of subjectivity and subjectivity in the empirical research - GAGNEBIN, J.M; [Histórico (2); Históricos (1); História (2)]

179. Forgetfulness, memory and repetition - GLACÓLA JR; [Historicidade (1); Histórico (12); Históricos (1); Histórica (9); Históricas (2); História (13)]

180.. From the misformed subjectivity to the semiformation as subject - LEOMAAR, W; [Histórico (12); Histórica (11); Históricas (3)]

181. Theodor Adorno: the philosopher of the present - MATOS, O. C. F; [História (3)]

182. Critical theory and empirical research in psychology - SMS, O; [Histórico (3); Histórica (1); Históricas (1); História (2)]

183. The contribution of critical theory for the constitution of the individual as subject - SEVERINO, A. J; [Histórico (3); Histórica (1); História (1)]

ANO V, N° 8, 1989/90 e ANO X, N° 1, 1998 não estão disponíveis no site no acesso feito em setembro de 2014. (http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?id_conteudo=539)